



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I, CAMPINA GRANDE  
CENTRO: CEDUC  
CURSO DE HISTÓRIA**

**RENAN DE OLIVEIRA SILVA**

**PROGRAMA DE EMERGÊNCIA PARA O COMBATE AOS EFEITOS DA SECA NO  
INTERIOR DA PARAÍBA (1979-1983): FALAS DE SALVAÇÃO E EXCLUSÃO**

**CAMPINA GRANDE-PB  
2017**

**RENAN DE OLIVEIRA SILVA**

**PROGRAMA DE EMERGÊNCIA PARA O COMBATE AOS EFEITOS DA SECA NO  
INTERIOR DA PARAÍBA (1979-1983): FALAS DE SALVAÇÃO E EXCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História Área de concentração: Humanas

Orientador: Prof. Dr. José Adilson Filho

**CAMPINA GRANDE-PB  
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Renan de Oliveira  
Programa de emergência para o combate aos efeitos da seca no interior da Paraíba (1979-1983): falas de salvação e exclusão [manuscrito] / Renan de Oliveira Silva. - 2017.  
73 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. José Adilson Filho, Departamento de História".

1. Programa de emergência 2. Salvação e exclusão 3. Jornal  
I. Título.

21. ed. CDD 628.13

**RENAN DE OLIVEIRA SILVA**


**PROGRAMA DE EMERGÊNCIA PARA O COMBATE AOS EFEITOS DA SECA NO  
INTERIOR DA PARAÍBA (1979-1983): FALAS DE SALVAÇÃO E EXCLUSÃO**

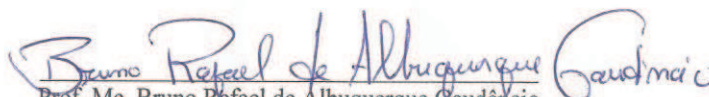
Trabalho de Conclusão de Curso em forma de monografia apresentado ao curso História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Área de concentração: Humanas.

Aprovada em: 10.08.2017

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. José Adilson Filho (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.ª Dr.ª Patrícia Cristina de Aragão  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe Maria da Guia e ao meu pai Severino,  
por sempre estarem ao meu lado nos caminhos que  
tenho trilhado até hoje, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me fazer perseverante na fé, percebendo que o caminho nem sempre é fácil, mas que crendo e se esforçando os frutos finais serão maravilhosos.

Aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado ao longo desses anos de graduação que não foram fáceis, sempre encorajando e não me deixando fraquejar ao meu da caminhada, para que pudesse enfrentar as longas distancias e os demais empecilhos.

A minhas irmãs, Ana Karolina e Camila, mesmo vivendo entre “tapas e beijos”, sempre nos ajudamos da melhor maneira possível, progredindo e se divertindo, em meio as fortes ondas da vida.

Ao meu grande amigo Irenildo (Pan), pelos longos anos de amizade, com dias felizes e dias tristes, mas nunca se afastando um do outro, uma longa história, dividindo muitos momentos junto nos anos quadrilheiros e das muitas correrias durante os festejos juninos, nossos anos no ensino médio e as várias palhaçadas e broncas, aos anos de graduação compartilhando as cadeiras no “busão”, as longas resenhas e maior ainda quando tinha que pegar carona, uma longa amizade que perdurará por décadas.

A minha amiga e colega de turma Amélia, da qual cultivo grande admiração e respeito, e que devo muito pelas ajudas que me deu durante os anos de graduação, passando pelos momentos bons e ruins do curso, com muita força e perseverança.

Aos meus colegas de grupo Arthur e Carlos Arthur, da qual compartilhei muitos trabalhos e seminários, mostrando que em meio a tantas diferenças o que importa é o respeito ao próximo, e podendo ostentar que nunca houve uma briga entre os membros durante a execução das atividades.

Aos demais colegas de turma iniciais e agregados, pela bela trajetória durante os mais de quatro anos, pelos empecilhos que não correspondem a nossa alçada, a Fabrícia, Juliana, Monyke, Helena, Magna, Daniele, Elias, Patrícia, Rildemar e Valdênia.

Ao professor Adilson, por dispor de um pouco do seu tempo para orientar o meu trabalho, pelas aulas e debates de grupo de estudo extremamente produtivas, e pelas divertidas conversas informais.

A Ramon e Gilvan Junior (Pão), grandes amigos que ganhei nesses anos de viagens de ônibus entre Juazeirinho e Campina Grande, parceiros junto com muitos outros já citados de aventuras e resenhas dentro e fora das paredes da CIAC.

A Beto e Marizete, e José e Genilda, os pais que Deus me presenteou através do EJC, e da qual agradeço imensamente por essa dádiva.

A minha linda família EJC, da qual fui agraciado da melhor forma imaginável, a Inácio, Rafael, Neide, Stayner, Dênia, Nando, Geise, Erivaldo, Luan, Franciele, Mayara, Mylena, Eloiza, Jaíne e Moura, que Deus sempre nos mantenha no caminho certo, que sejamos para sempre iluminados pela luz divina.

A toda a turma da farra, Silvio, Joabe, Erasmo, e tantos outros já citados e não citados, que possamos sempre festejar e brincar de forma saudável, para que fique apenas as marcas de boas lembranças e resenhas.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar as falas de salvação e exclusão proferidas por políticos e agricultores flagelados pela estiagem na Paraíba, dirigindo-se a execução do Programa de Emergência durante a seca de 1979-1983. Nesse sentido buscou-se compreender o processo de construção do discurso da seca, percebendo a importância deste na luta por direcionamento de recursos para a melhoria da região Nordeste, sendo determinante na criação projetos que procuravam solucionar os problemas intensificados pelo fenômeno natural. Para identificar as falas salvacionistas e excludentes foram analisadas as publicações periódicas do Jornal Diário da Borborema, abordando o referido período de estiagem nas regiões semiáridas da Paraíba. Dessa maneira foi analisada dois lados da mesma moeda, abordando como era visto e sentido pelas lideranças políticas e os homens e mulheres do campo que conseguiam ou não se cadastrar nas frentes de trabalho emergencial. Teoricamente o trabalho realiza uma análise discursiva abordando o trabalho de Foucault (2014) e O'Brien (2001). Utilizando o jornal como fonte histórica tomando como base os trabalhos de Luca (2011) e Capelato (1988). Na perspectiva de desenvolver a pesquisa em relação ao discurso da seca e o Programa de Emergência foram utilizados como referência principal Albuquerque Junior (1988), Bursztyn (2008) e Campos (2004).

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa de Emergência. Salvação e Exclusão. Jornal.



## ABSTRACT

This work aims to identify the statements of salvation and exclusion given by politicians and farmers by the drought in Paraíba, with the implementation of the Emergency Program during the 1979-1983 drought. In this sense, it was sought to understand the process of construction of the drought discourse, perceiving the importance of this in the struggle for resource allocation for the improvement of the Northeast, being decisive in creating projects that sought to solve the problems intensified by the natural phenomenon. In order to identify the Salvationist and excluding statements, the periodical publications of the *Diário da Borborema* Journal were analyzed, addressing the mentioned drought period in the semi-arid regions of Paraíba. In this way, two sides of the same coin were analyzed, addressing how it was seen and felt by the political leaders and the men and women of the field who were able to register on the fronts of emergency work. Theoretically the work performs a discursive analysis addressing the work of Foucault (2014) and O'Brien (2001). Using the newspaper as a historical source based on the works of Luca (2011) and Capelato (1988). In the perspective of developing research in relation to the drought discourse and the Emergency Program, were used as main reference Albuquerque Junior (1988), Bursztyn (2008) and Campos (2004).

**Keywords:** Emergency Program. Salvation and Exclusion. Journal.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IOCS	Inspetoria de Obras Contra a Seca
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Conta as secas
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
DB	Diário da Borborema
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido progressista

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 Capítulo I - Ensaio teórico-metodológico e a fonte de pesquisa.....</b>	<b>16</b>
2.1 A Nova História e as novas perspectivas historiográficas.....	16
2.2 O jornal como fonte histórica.....	20
<b>3 Capítulo II - A politização de um fenômeno natural.....</b>	<b>23</b>
3.1 A institucionalização da seca.....	23
3.2 Projetos de assistencialismo do polígono das secas: a inserção do Programa de Emergência .....	30
<b>4 Capítulo III - O “Messias” dos Flagelados? Ou, um “cavaleiro apocalíptico”? As faces salvacionista e excludente do Programa de Emergência no interior paraibano (1979-1983).....</b>	<b>41</b>
4.1 Falas de salvação e exclusão .....	41
4.2 Os discursos de salvação através de políticos e dos Homens do campo nas páginas do Diário da Borborema.....	45
4.3 As páginas do Diário da Borborema e o “outro lado da moeda”: o Programa de Emergência e seu lado excludente.....	58
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A seca tem sido por séculos um grande complicador na vida de uma vasta população que ocupou e ocupa uma grande área do território brasileiro. Uma terra inicialmente dividida em Norte e Sul pelos portugueses que aqui chegaram no século XVI para colonizar tal espaço, divisão que até pouco tempo ainda permeava o imaginário da população mesmo com o país sendo dividido em outras regiões atualmente.

Turbulências advindas dos grandes períodos de estiagem passam a ser um fato que merece uma melhor atenção no século XIX, no período Imperial, pois se registravam grande flagelo a população do polígono seco do Norte, onde a falta de água e de alimentação necessária causava a perda dos rebanhos, a grande maioria da população composta de agricultores pobres, já que o número de escravos tinha diminuído abruptamente com o deslocamento da mão-de-obra dos canaviais desta região para os cafezais do Sul, estes homens do campo não tinham como fazer suas plantações, que era único meio para sustentar suas famílias e aqueles que trabalhavam como vaqueiros também perdiam seus pequenos rebanhos junto com os dos grandes fazendeiros. A partir desse momento começam a perceber o quão desastroso era a seca para esse espaço pobre e mal estruturado, e que estava em decadência política e econômica. O governo Imperial e outros lugares a princípio destinavam pequenas ajudas que nem dava para suprir a fome que a grande maioria passava.

Ocorre uma significativa mudança na forma de atender a região flagelada, com a estiagem ocorrida entre 1877-79, que provoca grande frisson em todo o território nacional, não só pelo fenômeno natural em si, mas pelas transformações sociais, políticas e econômicas, interna e externamente. Tal situação fez com que várias hipóteses e projetos fossem postos a mesa de qual seria a melhor forma de atender a grande população. A miséria da seca se instala e ideias muitas vezes tidas como absurdas foram debatidas nesse momento, a maior delas era transposição do Rio São Francisco levantada até mesmo por Dom Pedro II.

No entanto meses atrás vimos invadir os noticiários e redes sociais ser concretizada parte da obra que no final século XIX era tida como um absurdo. A inauguração do Eixo Leste da obra faraônica para levar a água do “velho chico” para o Agreste pernambucano e paraibano, além do trecho ainda maior, o Eixo Norte, que irá atender áreas do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O projeto nunca foi visto com bons olhos, por pensarem que seria um grande fracasso na tentativa de integrar tantos territórios, porém sua concretização seria essencial para sanar o problema hídrico do Nordeste, área seca que antes compunha o Norte,

mas com a definição do polígono seco no início do século XX passou a ser uma nova região, inventada e delimitada pela seca.

Diversos projetos passaram a ser realizados desde a elevação da seca a “problema nacional”, um fenômeno natural que fazia parte da realidade e do imaginário de um povo sofrido com as mais diversas formulações populares acerca das causas para esse flagelo que os infligi, além das possíveis soluções que podiam ser feitas para que a chuva venha dos céus para sua salvação.

O maior problema da região não fica só na seca, pois os conhecimentos técnicos com o passar dos anos e da ocorrência periódica das estiagens tinha-se pleno conhecimento de ser um fenômeno climático sem reversão e quais as medidas para ser possível conviver com a estiagem nas regiões semiáridas dos Estados nordestinos. Os projetos colocados em ação durante um século desde 1877 através de diversas instituições federais e regionais não tornaram melhor a convivência da população com a seca, muito menos efetuaram o principal objetivo, a modernização da região.

Discussões e reivindicações visando o melhoramento da vida no espaço seco do país sempre esteve emaranhado junto a outros debates que na sua grande maioria pretendia desenvolver e modernizar a nação no século XX, porém o Nordeste passava por um significativo desprezo em relação aos recursos destinados para os Estados do Sul desde o deslocamento do poder central para tal região. Os recursos destinados a região seca não foram bem distribuídas e fiscalizadas, com isso, não se alcançava a modernização especulada pelas políticas desenvolvimentistas, permanecendo o favorecimento a um pequeno número de oligarcas detentores das grandes propriedades e que dominam os cargos políticos, mantendo a grande massa da população no estado de pobreza, realidade árdua que piorava sem medidas efetivas para conviver com a seca.

Este trabalho tem por objetivo identificar as falas de salvação e exclusão proferidas por políticos e agricultores flagelados pela estiagem na Paraíba, na execução do Programa de Emergência durante a seca de 1979-1983, um projeto de caráter de urgência realizado pelo governo Federal, sob coordenação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), busquei tal objetivo através da análise dos periódicos do jornal Diário da Borborema publicados no recorte temporal já destacado.

A preocupação, conversas, convivência e demais cenários com a seca está cravado no passado e no presente das pessoas que ocupam esse espaço, propício a longos períodos de estiagem, caso que atualmente se registra por cerca de cinco a seis anos, porém a estrutura existente nos anos iniciais do terceiro milênio propicia uma melhor convivência, algo longe de

existir entre as décadas de 1970 e 1980. Mas o temor ainda perambula nesta região, assim como o flagelo e as perdas com a estiagem em muitos locais do interior. A definição desta temática se fez por fazer parte integrante de tal realidade, vivenciadas por milhares de interioranos da região Nordeste.

O imaginário e a realidade da seca sempre foram imagens que estavam diante dos meus olhos, no interior paraibano. Curiosidade despertada pelo conhecimento comum, transmitida pelas histórias dos meus avós, meus pais, tios, e outras pessoas, que passaram por épocas difíceis de longas estiagens, e o único recurso era as frentes de trabalho emergencial, isso, quando chegava até eles.

O encontro com as fontes periódicas me fez ampliar o horizonte, percebendo que era algo muito maior do que eu tinha definido, dessa maneira direcionei meu olhar para o que o agricultor queria naquele momento, mas que na verdade não acontecia de fato, restava apenas a expectativa e a necessidade de passar por aquela situação. O acesso aos arquivos do Diário da Borborema foi realizado na Biblioteca de Obras Raras Atila Almeida, localizada no prédio da reitoria da UEPB, a biblioteca a pouco tempo se tornou tutora dos exemplares dos jornais publicados, porém os direitos do jornal ainda pertencem ao Diário dos Associados.

Este trabalho foi dividido em três momentos: O primeiro capítulo é apresentado uma discussão sobre a transformação no campo historiográfico, o domínio da História Cultural ou como comumente é chamada a Nova História Cultural que ressurgiu a partir da década de 1970, desabrochando uma série de novas temáticas e conceitos teóricos, porém me ative a trabalhar um pouco sobre o poder discursivo na perspectiva de Michel Foucault (2014) me aportando também Albuquerque Junior (2007) e O'Brien (2001). Analisando também a utilização do jornal como fonte histórica com base principalmente nos trabalhos de Luca (2011) e Capelato (1988).

No segundo capítulo do trabalho, referenciando-se por Albuquerque Junior (1988), em um primeiro momento buscou-se entender a construção do discurso da seca, apresentando diferentes falas sobre o fenômeno natural que foi elaborado pelo senso comum, mas precisamente pelos homens e mulheres do campo antes mesmo do despertar de suas problemáticas e agravadores para o campo nacional, o discurso técnico sobre a seca e as mais diferentes hipóteses elaborados por eles de acordo com os objetivos de quem estava por trás deles, e as falas da seca construídas pelas elites oligarcas da região Norte/Nordeste, além de identificar cada um deles procurou-se compreender as relações de poder discursivo em uma luta pelo lugar de verdade sobre a seca. No segundo momento é exposto alguns projetos de modernização e desenvolvimento dos espaços secos do Nordeste, atentando para a apresentação

do Programa de Emergência, a sua forma de execução, e quais os responsáveis pela execução, quem seriam os beneficiados e como os agricultores iriam ser contemplados, Bursztyn (2008), Campos (2004), entre outros autores.

O terceiro capítulo é abordado as falas de salvação e exclusão, primeiro explanando um pouco sobre tais falas que a muito tempo se arrasta neste espaço, de possíveis salvações e da grande massa de excluídos. As duas últimas partes é dedicada a análise dos discursos de salvação e exclusão respectivamente encontrados nas reportagens do Diário da Borborema no período entre 1979 a 1983, da qual se registrou a maior seca do século XX, e que as notícias sobre as misérias da estiagem rapidamente era conhecimento e todos, transformando os veículos de comunicação, como os periódicos impressos um forte mecanismo de reivindicação e denuncia.

## **2 capítulo I - Ensaio teórico-metodológico e a fonte de pesquisa**

### **2.1 A Nova História e as novas perspectivas historiográficas**

No século XX a história enquanto ciência e disciplina encontra-se em meio a mudanças paradigmáticas, campos historiográficos que rompia com a escola tradicional positivista do século XIX. A escola tradicional que fazia a história baseando-se em uma temporalidade “acontecimental”, mergulhados em um arcabouço de documentos oficiais, e uma metodologia similar à usada pelas ciências da natureza, a escrita de uma história que narrava sempre os grandes feitos e os grandes nomes.

A mudança de diretrizes do fazer historiográfico acontece a partir da influência do social e do econômico na definição dos temas, “na história, o avanço para o social foi estimulado pela influência de dois paradigmas de explicação dominantes: o marxismo, por um lado, e a escola dos “Annales”, por outro” (HUNT, 2001), o pensamento marxista não era algo essencialmente novo no campo da história, mas que vive seu período áureo e hegemônico nas décadas de 1950-60.

O modelo histórico iniciado com os Annales e o papel de sua revista é de grande importância, chegando para romper com esse tradicionalismo apresentando novas metodologias e conceitos que a caracteriza naquele momento temporal como a “Nova História”. A principal proposta que caracteriza a inovação é a interdisciplinaridade, mesmo com as divergências apresentadas entre as gerações dos Annales, o fazer história está sempre vinculado com as ciências sociais, o homem se torna agora um objeto de estudo para história assim como para as ciências sociais. Além da nova perspectiva sobre o homem o novo modelo do fazer história inaugurou uma nova representação de tempo histórico, pois, houve sim aproximação com as ciências sociais, mas eles descartavam em muitos aspectos o tempo histórico com o conceito de estrutura social que não há mudanças entre passado, presente e futuro, que os eventos radicais da história são amortecidos por essas estruturas podendo até causar transformações, mas não muda a estrutura que molda a sociedade.

A nova abordagem teórico-metodológica feita pelos Annales foi determinante na construção agora de uma história-problema e não mais historicizante, passando de uma narrativa concreta do passado a escrita de um texto através de problemas e hipóteses lançado sobre os eventos do passado, permeada pela inovação realizada também nas fontes, que seria usada para atingir todos os setores do social e econômico, para além dos documentos oficiais.

Para Hunt:



Nos últimos anos, contudo, os próprios modelos de explicação que contribuíram de forma mais significativa para a ascensão da história social passaram por uma importante mudança de ênfase, a partir do interesse cada vez maior, tanto dos marxistas quanto dos adeptos dos Annales, pela história da cultura. (HUNT, 2001, p. 5-6).

A contribuição de intelectuais importantes em cada linha de pensamento, no marxismo a história cultural de E.P. Thompson e, nos Annales obras como as de Chartier e Revel, apresentavam temáticas e abordagens inovadoras em termos conceituais. As transformações começam nos fins dos anos 70 e na década de 1980, pesquisas preocupadas por analisarem a linguística e as mentalidades, fazendo afluir vários temas marginalizados. Influência significativa para a história cultural e o pensamento do filósofo e historiador Michel Foucault, queerce uma crítica sobre a história social, da qual ele explica a inexistência da naturalidade dos objetos a ser estudado pelo historiador, pois há temas da qual não podemos aplicar conceitos universais, que apresentam particularidades a cada período estudado, estudos esses que impactaram no fazer historiográfico de pensadores dos Annales.

O pensamento de Foucault sobre a história cultural abriu um terceiro caminho para se estudar a cultura, a priori despertou significativo interesse, mas seus conceitos da qual definiram como um ante método histórico que iria minar a própria disciplina, um pensamento histórico que buscava evidenciar as discontinuidades da história, que se situavam em meio as práticas discursivas submetidas a tecnologias de poder. “No cerne da história da civilização ocidental de Foucault encontra-se o princípio organizador do poder. A cultura é estudada através de tecnologias de poder – não através das classes, do progresso ou do caráter indômito do espírito humano” (O’BRIEN, 2001), em Foucault o poder resulta do discurso, práticas discursivas, resultando uma via de mão dupla, não é apenas opressor, mas também cria forças conflitantes, definindo uma rede de micro poderes, transformando o meio social em um campo de relações de poderes. Evidenciando que o poder não descende centralmente do Estado e da classe burguesa, mas que fazer parte da malha discursiva na luta pelo poder.

Muitos questionaram se seus escritos se caracterizam realmente como história, por seu método se distanciar dos demais, pois não procurava encontrar a verdade dada ao questionar o objeto, queria em vez disso, desvendar as verdades esquecidas, mostrar uma história do esquecimento, Albuquerque Jr define bem o que seria a história e a elaboração do real para Foucault:

[...], a História é nominalista, ou seja, ela é uma prática discursiva que participa da elaboração do real, assim como outras práticas. No entanto, a prática discursiva da História se distingue de outras por sua normatividade específica; ela possui regras próprias de funcionamento e de produção. O real é, para Foucault, uma criação de práticas múltiplas, seja elas discursivas ou não, e entre elas está a prática do

historiador, que mantém uma relação ao passado mutável e historicamente datada, mas privilegiada em relação ao passado. O real não possui uma existência exterior à sua escritura em alguma forma de linguagem, forma que dá a materialidade ao próprio real, que o nomeia, que o organiza, que lhe dá inteligibilidade. A História, por sua normatividade, estaria próxima da ciência, mas seria também, em grande medida, uma arte narrativa, pois não só representa o real, como participa de sua invenção, de sua criação escritural. Todo discurso, mesmo o historiográfico, é interessado, nasce de lutas políticas, de embates de poder, é presidido por estratégias e táticas, portanto, não é um discurso imune à ideologia, mas plenamente ideológico. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 135).

O que ele pretende demonstrar com seu método é que a construção do real é possível a partir das práticas discursivas e não discursivas, tomando o documento histórico como também pertencente a uma trama histórica e discursiva, inerte nas relações de poder da mesma maneira que a escrita do historiador, sua história quer nos mostrar que não existe uma finalidade única para onde tendemos chegar com as investigações objetivas do objeto, mas que nos mostra a evidência que levou determinado discurso romper as barreiras do silêncio e chegar até nós, quais outros discursos foram silenciados para que um se apresente como verdade. Assim também faz o historiador ao determinar um caminho para escrever sobre o passado e construir uma verdade histórica

Com isso Foucault postula para o trabalho do historiador a tarefa de construir um discurso sobre o passado, sempre referido pelo presente, que é quem direciona as séries a serem recortadas e os arranjos que serão feitos a partir destas séries. Assim como o discurso psiquiátrico ou o discurso jurídico recortam no memorial de Rivière diferentes séries, para reconstruir diferentes Rivières e diferentes crimes, o historiador faz o mesmo com cada fato histórico que toma como objeto. Ele o associa a diferentes séries por eles escolhidas e deve ter o cuidado para não tomar o fato como dado, mas tentar recuperar as próprias séries discursivas que o constituíram como fato histórico. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 110).

Por isso o trabalho inverso feito por Foucault com o caso de Rivière, apenas apresentando os discursos que construiu ele como um fato, o discurso jurídico, psiquiátrico e do próprio Rivière, isentando o texto do discurso construído pelo historiador.

Com suas formulações percebemos que o trabalho do historiador é ler e reescrever, resinificar o que já está dado, demarcado pelo passado, assim nota-se as diferenças, o outro lado do fato. Sempre desconfiando dos objetos que aparecem de forma clara e definida, pois sua configuração ocorreu em meio a disputas na construção do saber e do poder. O olhar diferente para o discurso de verdade que aparecia sobre o surgimento histórico da seca como o “problema regional” do Norte que levou o historiador Durval Muniz a buscar decodificar a rede discursiva que fez a seca, um fenômeno climático que há séculos se tem registros de suas ocorrências e efeitos, só naquele dado momento especificamente aparece como um objeto que cria um objeto de saber e poder.

O discurso da seca foi usado como estratégia política pelos oligarcas da região atingida pela estiagem, da qual se tornou uma prática constante de reivindicação, ao passo que acontecia cada seca posterior a que acontecera em 1877-79 e, com a invenção da região Nordeste entre o final da década de 1910 e a de 1920 como nos mostra magistralmente Durval Muniz no primeiro capítulo da obra *A Invenção do Nordeste e outras artes* trabalhando o espaço em ruínas<sup>1</sup>, de onde emerge do discurso regionalista uma região fragmentada do Norte, o espaço seco, porém o que mais me interessa aqui não é a invenção do Nordeste, e sim a institucionalização do discurso da seca, que a partir de um evento específico se resinificou para alcançar os planos traçados pelo poder exercido em primeiro instante pelos coronéis locais, posteriormente apropriado pelo poder central que assume a figura paternalista na região, usando dessa discursividade para ganhos políticos e econômicos por meio de programas de combate à seca, que depois passaram a ser de convivência com a seca.

A vontade de verdade sobre a seca levou a uma construção discursiva em meio a disputas pelo conhecimento, a formulação de um saber sobre o fenômeno climático e, lutas políticas e econômicas que trabalharei em capítulo posterior. O uso da linguagem é o fator crucial nas relações de forças, o ganho de espaço e que exerça a exclusão, para silenciar os que não encaixam na ordem social.

Para Foucault:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas [...]. Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 2014, p. 16-17).

Construir um discurso é uma árdua batalha de relações de forças, com suas práticas conflitantes exercem um jogo pela vontade de saber e vontade de poder, criando estratégias e táticas para contornar as regras impostas, a procura de uma reação as barreiras na busca incessante da vitória, “a História se faz como potência criativa, porque esta arbitragem sempre pode ser enganada, corrompida, ludibriada e usada em proveito das forças em luta” (ALBUQUERQUE JR, 2007), o papel do historiador é evidenciar as lutas que permeiam o jogo discursivo, assim identificar o conjunto de regras que foram seguidas e criadas pelos sujeitos, para instituir sua verdade.

---

<sup>1</sup> Ver: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 51-76.

## 2.2 O jornal como fonte histórica

Nos caminhos iniciados pela “Nova História” com a primeira geração dos Annales vários temas novos aparecem para o cenário historiográfico, novos conceitos e métodos do intercâmbio com a antropologia, a sociologia, etc. a perspectiva documental também aparece com mais força, mesmo com a ampliação realizada no final da década de 1920 muitas fontes eram deixadas de lado sem dar a devida importância como fonte para o fazer historiográfico, por basearem seus estudos na método da longa duração, a mudança paradigmática direciona olhares para a história do tempo presente, abrindo caminho para o uso dos periódicos como fonte para entender o social, o econômico, o político e o cultural. No Brasil a imprensa foi também negligenciada em seu uso, alguns a viam como suspeita, que não garantia veracidade para a pesquisa, e outros a viam com superestima, repositório da verdade absoluta, “reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História **por meio da imprensa**” (DE LUCA, 2011, p. 111).

A história historicizante prezava pela objetividade, neutralidade e fidedignidade das fontes o que não permitia a utilização de periódicos na escrita da história, por estar ligada ao cotidiano, o nascimento da história do tempo presente voltada para o imediato fosse à busca de temáticas da qual era campo de trabalho dos sociólogos e os jornalistas, com isso, a imprensa, a produção periódica terá importante papel com a mudança paradigmática da década de 1980.

Antes do devido reconhecimento da imprensa como objeto de pesquisa histórica, e passado pela irrelevância dada pela história escrita por meio de documentos oficiais, e de ser deixada de lado por historiadores preocupados com o social e o econômico, ainda se tinha o receio em seu uso por servir de aparelho ideológico do Estado, a serviço de classes dominantes, por ser um importante mecanismo na formação de opinião, e ser imparcial e tendenciosa de acordo com quem está a servir. Porém esse desprezo e papel secundário não levaram a sua total exclusão de variadas produções, um dos grandes exemplos é o uso de anúncios em jornais feitos pelo sociólogo Gilberto Freyre como fonte para a sua obra Casa Grande e Senzala, e um grande número de historiadores que entre as décadas de cinquenta sessenta se valiam de fontes impressas em seus estudos.

Devido à influência francesa e o reconhecimento em definitivo da historicidade dos periódicos, a partir dos anos de 1970 passa-se a fazer história do Brasil por meio dos periódicos:

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova

direção ao instituir o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980 Apud DE LUCA, 2011, p. 118).

O uso dos periódicos como fonte necessita de muita atenção e objetividade com sua pesquisa, problematizando-a com cuidado por se tratar de um mecanismo de difusão de notícias diárias e por se tratar de um veículo de difusão discursiva que traça estratégias para atingir o público, seja para fins comerciais ou políticos, é um aparelho que expressa relações de poder, temos que ver a imprensa como participante na construção dos moldes da vida moderna, para além de um aparelho responsável por registrar o cotidiano da sociedade, ela participa nas definições sociais, econômicas, políticas e culturais, mostrando através de sua linguagem a trajetória do homem no tempo. Assim coloca a Maria Helena Capelato:

Compete, pois, ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época, com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações, dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. (CAPELATO, 1988, p. 20)

Com isso, os jornais como também outros periódicos são referenciais para a compreensão de vários aspectos de sua época, as diferentes práticas culturais e as mudanças nessas práticas, os diferentes comportamentos sociais, a imagem feminina, podendo a partir dos artigos e editoriais construir discussões de gênero, as movimentações cambiais, além de assuntos diversos sobre o Brasil Imperial como, por exemplo, a respeito da escravidão e a imagem do negro e movimentos sociais.

Dessa maneira a imprensa sempre foi um forte instrumento político, alvo por décadas de vigília e censura, pois, não serve só para os interesses dos detentores do poder, mas também dos dominados, que através do seu uso poderia despertar a consciência política dos leitores, assim a imprensa é moldada na busca de interesses diversos:

Jornais, revistas, rádios e televisões são empresas e, portanto, também buscam lucros. De outra parte, negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chagar até o público. (DE LUCA; MARTINS, 2006 Apud CALONGA, 2012, p. 83).

Os periódicos são frutos de uma dada realidade social, devido a isso, irá representar as lutas pelo poder de determinados grupos políticos e de camadas da sociedade, o papel do

historiador é captar as estratégias traçadas por meio da discursividade apresentada pelos jornais. Dessa maneira os jornais devem ser compreendidos em suas similaridades entre os textos produzidos que compõe sua estrutura com meio social da qual ele está inserido, necessitando assim, que interpretemos a historicidade e peculiaridades que caracterizam o periódico.

Analisar um jornal é percebê-lo como um relato da realidade na qual ele está descrevendo, devemos lançar um olhar subjetivo sobre a veracidade do fato, não se deixar levar pela confirmação do questionamento feito pela pesquisa e encarar a notícia como um espelho da realidade, pois, o texto confeccionado pelo jornalista passou pela seletividade da qual ele quer anunciar para o povo e também pelos editores responsáveis pelo jornal em questão analisado pelo pesquisador. A notícia segue vários requisitos jornalísticos para que possa fazer-se como uma reconstrução e não reconstituição do fato.

### 3 Capítulo II - A politização de um fenômeno natural

#### 3.1 A institucionalização da seca

O fenômeno da seca por muito tempo relegado a um determinado desconhecimento no cenário brasileiro, a mais de um século se tornou uma problemática amplamente debatida por vários setores como poder público, as oligarquias vigentes, intelectuais, etc., que elevaram uma característica do meio natural, que ocorria no até então Norte do país, causadas pelas características climáticas de uma parte da região, ganhando grande foco com a denominada grande seca de 1877-79, tornando-se um grande problema de conhecimento de toda a nação. A seca era uma ocorrência há séculos já conhecida pelos portugueses e pelos que realizaram a penetração pelo interior, o sertão do Norte do Brasil, pensada muitas vezes como uma causa recente aquele espaço devido à exploração dos recursos naturais após o estabelecimento principalmente da pecuária ali praticada e a produção agrícola em menor escala por ser muitas vezes de subsistência, é constatada que é um fenômeno que ocorre a milhares de anos e vivenciada pelos grupos indígenas estabelecidos ali a um longo tempo.

Uma longa produção sobre a seca demonstra o impacto causado pela grande importância dada a estiagem iniciada em 1877, reunindo defensores políticos, intelectuais das ciências da natureza e humanas, literatos e técnicos ligados ou não as velhas oligarquias dominante dessa região, entre muitos nomes estão Thomáz Pompeu da Silva, Phelippe Guerra e Theóphilo Guerra, Lopes de Andrade, Pinto de Aguiar, José Guimarães Duque, Raquel de Queiroz, José Américo de Almeida, etc., mesmo não sendo uma das mais desastrosas ocorridas no Norte, várias consequências são apontadas para esta seca se tornar um marco que daria visibilidade não só ao fenômeno, mas também o espaço de ocorrência.

Foram determinadas como marcante a intensidade, a duração, a agravação de problemas sociais e econômicos, como também a principal causadora de problemas, dizimando lavouras e rebanhos, uma grande mortandade, todos esses indicativos apresentam defensores dos vários setores da sociedade, não só da região Norte, mas de outras áreas do território nacional, pois deixa de representar só um problema a ser resolvido pelas províncias como ocorria sobre o domínio português e torna-se problema imperial.

A ocorrência de estiagens prolongadas nem sempre acometeu todo o território da região Norte, mas a seca de 1877-79 atingiu o espaço hoje designado como polígono das secas, que de início não levou a grande preocupação e atenção dada a esta seca e a posteriores, conduzindo ao que realmente pode ter levado o poder público a se engajar na solução desse problema,

Não são pois as características do fenômeno climático em si que transformaram a seca de 1877 num marco da história das secas, que provocaram uma ruptura na forma que era visto esse fenômeno pela classe dominante regional, pelo poder público nacional e outros setores da sociedade. Devemos procurar na conjuntura histórica que a cerca, as explicações para esta mudança na imagem do fenômeno, e de seu deslocamento para o centro das atenções, assumindo o status de “o problema” do Norte. (ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 25).

Junto ao fenômeno ocorrido nesse período se agrega outros problemas que se agravavam já algum tempo nesta região, perda de espaço e força no poder político e econômico no cenário interno e externo, e os problemas de teor social que sempre acometeu grande parcela da população, composta por famílias pobres do campo, pequenos proprietários e lavradores, submetidas a formas autoritárias e exploratórias de trabalho em moldes capitalistas e não capitalistas, que as levavam em épocas chuvosas a produzirem só o suficiente para a subsistência, em tempos de seca eram pegos sem qualquer forma de enfrentá-la.

Durante a seca de 1877-79 o Norte encontra-se em pleno declínio econômico devido à queda nos preços do mercado internacional, atingindo a produção de algodão, que era o principal produto exportado da região afetada em períodos de estiagem. A comercialização desses produtos conferia poder econômico para grande maioria das elites oligarcas provincianas das quais derivavam, o que conferiu a elas por um longo tempo destaque no campo político de suas províncias e da nação, além do paternalismo em nível local onde dominavam seus grandes latifúndios e a camada social que ocupavam suas terras e os arredores.

Este declínio econômico muito se deve a problemas estruturais da região, que sofria com a insuficiência de capital para investimento na modernização dos setores agrícolas para uma melhor competitividade no mercado externo, a economia nortista algodoeira e açucareira não conseguiram acompanhar as mudanças providas pelo sistema capitalista. O Norte sofria com problemas econômicos externos e também internos, quando a coroa imperial passa a remanejar parte dos recursos destinados a região para investimento no Sul, que despontava devido ao crescimento na produção de café, acarretando falta de capital para a modernização e a perda de sua mão-de-obra escrava que se desviava internamente para as regiões cafeeiras do país.

Junto às mudanças econômicas do Norte seguiam-se no campo nacional transformações na política, as diferenças que se acentuavam ao longo do século XIX entre as duas regiões do Brasil passa a refletir no domínio político nacional. As oligarquias do Norte e principalmente as das áreas que sofriam com a ocorrência da seca, começam a perder influencia e favorecimentos a nível nacional. Os grandes proprietários de terras nortistas notadamente produtores de açúcar perdem a força política junto com o poder aquisitivo devido à queda nos preços do açúcar, posição que começa a ser preenchida pelos produtores de café do Sul e as



novas classes, que com o advento do capitalismo ganham notoriedade, como os comerciantes e donos de indústrias.

A perda de espaço político em termos nacionais coloca com mais força o problema de preservação do seu controle político no interior da própria região. A busca de centralização de poder a nível de província é uma resposta à centralização no plano nacional, gestando-se assim as chamadas oligarquias, núcleos dirigentes compostos de frações da classe dominante, que aglutinam os vários grupos que controlam o poder a nível municipal ou local. (ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 38-39).

A perda de influência na política e na economia relega as elites nortistas a boa vontade da intervenção do Estado para suprir suas necessidades que já eram bem acentuadas, mas se tornam gritantes com a ocorrência da seca de 1877-79. O Império pouco fazia, pois voltava seus olhos para um pequeno núcleo onde concentrara o poder, que desenvolvia uma forte economia de exportação.

A dominação realizada pelas elites açucareiras além de sofrer o golpe e perda de espaço no campo nacional, começara a perder o autoritarismo que exercia afincado nesta região, o Estado Imperial começara uma forte burocratização dos cargos públicos no intuito de definir as fronteiras entre público e privado, algo que afetava as engrenagens da máquina da elite agrária, que se utilizava desses para fins próprios na manutenção do poder em nível local sobre os níveis mais baixos da sociedade. Sofria com as pressões externas a região, e também a concorrência interna dos produtores de algodão e pecuaristas do interior das províncias que desde a década de 1860 produziam em grande escala e principalmente para o mercado externo, fator que lhes concedeu poderio econômico e o ganho de espaço no campo político em nível local, estadual e posteriormente nacional. Para além de todos estes já citados, havia ainda a penetração na política dos comerciantes que cresceram com a crise agrícola, por serem os fornecedores de alimentos aos grandes proprietários para a sustentação das classes pobres, concedendo-lhes ascensão financeira.

Em meio a essa crise no poder dominante, as elites afetadas procuram diversas maneiras junto à esfera pública para se fortalecer, espaço encontrado devido aos problemas de levantes sociais que estavam acontecendo no final do século XIX no Norte, revoltas populares, movimentos messiânicos, o cangaceirismo, foram fatores que levaram ao fortalecimento de pequenos grupos que buscavam o combate dessas ocorrências, acarretando em uma troca de favores entre o Estado e poder local. Esta troca mútua de favores entre as esferas do poder desencadeou o fortalecimento de uma pequena classe elitista de grandes proprietários de terras que passaram a ser conhecidos como “coronéis”

[...] o coronelismo não nasce de uma ausência ou fraqueza do poder público, que abriria espaço para a atuação do poder privado na esfera pública, mas, ao contrário, a

gênese do coronelismo está ligada ao fortalecimento do poder público e à subordinação paulatina do poder privado a este. Para manterem seu domínio ao nível do poder regional e local, as elites agrárias passam a defender cada vez mais as benesses estatais que possam distribuir, ao mesmo tempo que o poder central a nível nacional precisa destas elites para lhe fornecer sustentação política e eleitoral. Estabelece-se, pois, uma troca de favores em que as benesses estatais são trocadas por fidelidade política, embora, a posição das elites nesta troca seja de inferioridade, visto que estas não fornecerem a sustentação política requerida pelo poder central este pode simplesmente transferir sua proteção para a oligarquia rival. Não é simples coincidência que o “coronelismo” tenha se estruturado, à proporção que o sistema eleitoral foi sendo progressivamente ampliado, e aberto às camadas menos privilegiadas da população. (ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 43-44).

Notadamente estes períodos de mudanças acentuam fortes crises sociais sobre a população, e se essas transformações atingiram as elites, de maneira mais forte afetava os pobres, uma situação precária que só se agrava com o período de estiagem, comum a região, mas que devido os problemas sociais e econômicos, tornar-se-ia um marco divisor naquele espaço.

A divisão social da região nortista que posteriormente viria a se configurar como o Nordeste brasileiro, era determinada a partir da divisão regional nas áreas do Litoral, a Zona da Mata o Agreste e o Sertão localizado mais ao interior dominado pelo clima semiárido, notadamente as terras próximas ao Litoral e da Zona da Mata produtora de açúcar e a parte do Agreste e essencialmente o Sertão produzia-se o algodão e praticava a pecuária. Esses espaços se caracterizavam pelas diferenças econômicas e de organização social, as regiões próximas ao litoral entrelaçada por grandes proprietários rurais que utilizavam a mão-de-obra escrava, mas que desde a metade do século XIX se via em decadência com a migração interna dessa força de trabalho para o Sul e as quedas na produção açucareira além de conta com uma camada média de outros ofícios e trabalhadores livres.

A área interiorana do Sertão e do Agreste era predominantemente utilizada relações de trabalho livre, composta por uma camada de grandes fazendeiros dedicados a produção algodoeira e criação de gado, da qual estabelecia relações de companheirismo na produção pela pouca importância dada ao trabalho escravo, o que favoreceu este espaço facilidade na inserção no mercado capitalista.

Relações tradicionais de trabalho e de sociedade que sofreria um forte abalo com a decadência sofrida pelas elites e a entrada nas normas econômicas do capitalismo

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a maior inserção do interior nortista no mercado capitalista, a crise na economia agrário-exportadora e a subordinação política da classe dominante do Norte a nível nacional, vão denotar alterações nas relações sociais, quer sejam relações de produção, quer sejam relações de poder, acentuando os conflitos e dissensões entre grupos sociais ou mesmo intra-grupos sociais. (ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 46).

Estas transformações serão sentidas pelos grupos dominantes e dominados, que em diferentes casos realizaram reivindicações, desencadeando conflitos mais ácidos.

As elites latifundiárias da Zona da Mata se sentiam prejudicadas política e socialmente nesse momento com a extinção do trabalho escravo, havendo agora a adesão do trabalho livre, estes passam as mesmas condições de igualdade e liberdade, perderam o prestígio político e econômico de outrora esbanjada pelas famílias abastardas, perdendo os símbolos de prestígio e superioridade social. As bases tradicionais do trabalho livre no interior se transformam devido as exigências de uma maior produção para o mercado capitalista, será exigido um tempo de trabalho mais prolongado, que áreas menores trabalhadas por pessoas dentro das terras do grande fazendeiro se enquadrem nessas políticas de produção, as relações de companheirismo, apadrinhamento ou paternalista que se encontravam entre os “coronéis” e as pessoas subordinadas a ele se abala, perdendo a essência do código de trabalho a muito estabelecida pelas relações tradicionais de dominação, a nova forma de dominação exploratória e que burla e desrespeita os códigos morais do homem do interior são vistas como degradantes ao espaço.

As mudanças levam a diferentes maneiras de manifestação e revoltas por parte do povo nortista contra as novas relações de mandonismo, na Zona da Mata a mais expressiva é a revolta de Quebra-Quilos na Paraíba contra a imposição de medidas de unidade do sistema decimal francês, que substituiu as antigas medidas lineares usadas pela grande massa na comercialização de seus produtos, movimento que partiu da região da Borborema paraibana atingindo desde o Rio Grande do Norte até Alagoas (MELLO, 1995), nos sertões surgiram os movimentos messiânicos, de nível escatológico e o cangaceirismo, movimento de maior expressividade no que diz respeito a um revide dos dominados contra os dominantes.

Antes da seca se tornar um fator determinante para a formação de um discurso poderoso para as reivindicações das elites oligárquicas nortistas, eles já realizavam uma progressiva união em torno de um regionalismo, discurso regionalista que segundo Albuquerque Jr (1988) se formara desde a década de sessenta do século XIX, buscando valorizar as tradições culturais da região, uma luta contra o processo de subordinação que a esfera nacional colocou o Norte em relação ao sul. A formulação desse discurso uno aproxima os diferentes espaços provincianos que anteriormente faziam questão de suas diferenciações se aproximando quase sempre ao exterior devido as suas relações comerciais.

O discurso regionalista colocado pela elite juntava elementos constitutivos dos vários setores sociais, políticos, culturais, econômicos e religiosos, enunciados que floresciam rapidamente, mas a seca de 1877-79 se torna um fator determinante na luta nas relações de poder travada entre a decadente elite nortista e as políticas estatais e elite sulistas. Lutas pelo

poder também travada no interior da região que passava por uma ascensão política dos algodoeiros-pecuaristas e de um pequeno número de comerciantes.

A seca vem acentuar a crise socioeconômica atingindo do litoral ao sertão. No interior caracterizar uma grande mortandade do gado e a destruição das lavouras de subsistência, levando um considerável número de pessoas a procurarem refúgio em terras e cidades da Zona da Mata, que já passava por uma crise na produção e força de trabalho agravando a desordem social. O comércio se desestabilizou com a seca com a queda na produção do algodão, umas das poucas saídas para a região foi à compra de gêneros de primeira necessidade no mercado interno e não na região Sul como era feito pelo Império para ser enviada ao Norte, o que desfavorecia a economia da região ainda mais.

O discurso oligárquico sobre a seca se torna poderoso no final do século XIX, colocando a seca no centro de todos os problemas causados na região, aproveitando-se do desmantelamento da estrutura do poder vigente pelas crises na economia e na política, para constituir um novo mecanismo de luta e reivindicação junto ao Estado. Um discurso que nasce de uma fusão de diversos discursos sobre a seca, formando um forte instrumento de poder. Este se torna forte pela força que as classes dominantes ainda detêm e pela gama de bacharéis formados desses núcleos familiares da elite que a servem no propósito da elaboração das falas que seriam veiculadas pelas várias camadas da sociedade, com o intuito de servir em duas frentes de lutas, em nível nacional e em nível regional.

A seca é elevada a problema da região, passando a fator responsável por demais situações calamitosas que acontecem na região Norte naquele momento. Assim as oligarquias usavam o discurso da seca, construído a partir de um fenômeno natural ao espaço, que acomete a todos, para realizar reivindicações, porém servindo para suprir os interesses particulares das elites oligarcas. Fazendo deste um discurso poderoso e hegemônico sobre os demais discursos que surgiram a respeito das estiagens, incorporando elementos diversos, construindo uma forte arma no interior das relações de poder, formulou-se um discurso controlador, que segundo Foucault:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

O discurso oligárquico da seca ganha hegemonia através do domínio dos aparelhos de formação da opinião pública, fazendo assim discurso e pratica interagirem, fortalecendo o poder dominante de parte das oligarquias responsáveis por criarem o “discurso da seca”, para a

recuperação da posição que vinham perdendo, usando da justificativa que o fenômeno natural era o grande problema da derrocada social-econômica e política da região Norte, que mais tarde seria reconfigurada para o atendimento dos estados que se enquadravam no chamado polígono das secas.

A busca para sancionar os problemas econômicos da região acaba-se criando a “indústria da seca”, que através das reivindicações feitas pela bancada nortista no congresso para o direcionamento de incentivos financeiros para a solução permanente dos efeitos das estiagens, que se intensifica na mudança do Império para a República. Para solucionar os problemas da seca o Norte se encontra em uma via de duas mãos, uma parcela tradicional composta pelo povo pobre e a igreja que colocava que esses efeitos era castigo divino pela violação do código moral e das relações de trabalho mantidas entre os grandes fazendeiros e os seus subordinados, do outro lado estavam parcela dos grandes proprietários de terras, os intelectuais, principalmente literatos e técnicos, que elaboravam enunciados e dados sobre os problemas da seca, a grande causadora dos males do Norte, e que apontavam a modernização como o único caminho possível para sair do atraso que assombrava este espaço, uma batalha entre discursos, a busca pela conservação das bases tradicionais de relações econômicas e a necessidade de modernização dos mecanismos econômicos.

O discurso modernizador da solução do problema da seca encontra-se inerte em ambiguidade, pois quer o progresso e o crescimento econômico para a região que a muito se perdera, e ao mesmo tempo manter as relações tradicionais de dominação, característica irredutível realizada pelos grandes proprietários de terras os “coronéis”, sobre as demais camadas da população, acontece que pelo caráter agregador de elementos de outros discursos da seca que foram excluídos, sendo aceito pelos setores da população por carregar as características que muitos já apontavam em suas falas.

No Governo Federal haverá uma organização na maneira de como distribuir e aplicar os recursos financeiros para a modernização do Norte seco com a criação em 1909 do IOCS (Inspetoria de Obras Contra a Seca), promovendo a construção de vias férreas e de estradas melhorando no escoamento da produção e que favoreceu a entrada de novos produtos fortificando as relações econômicas em nível nacional, e a construção de açudes e a perfuração de poços, mas que eram realizadas assim como as ferrovias no interior das grandes propriedades o que promovia uma valorização dessas terras,

Entretanto, analisadas *a posteriori*, essas instituições estão longe de ser representativas do intervencionismo planejado. Seus projetos nunca tiveram o objetivo de agir como mecanismo de transformações estruturais. Ao contrário, desde sua criação, o IOCS, por exemplo assumiu o papel de preservar a estrutura de

produção local, sendo portanto muito mais um mecanismo de manutenção da estrutura de dominação do que um instrumento transformador. (BURSZTYN, 2008, p. 44).

Assim, fortaleceu ainda mais as elites dominantes que mantinha o seu projeto de uma “modernização conservadora”, prevalecendo nas relações de poder praticadas na região, que eram fortificadas com as obras feitas, com os incentivos financeiros do governo pela realização das obras e pelo discurso hegemônico da seca, que se torna a base para as conquistas econômicas e de lutas políticas contra as oligarquias locais e contra a bancada do Sul.

O fenômeno da seca é nomeado pelo o discurso da seca o principal “problema da região”, posteriormente em “problema nacional”, isto, o transforma em um grande mecanismo de luta política e de identificação regional, possível pelo desapego de uma visão provinciana que tinha as oligarquias, que se juntam na defesa de um novo espaço, ameaçado pela política intervencionista do Estado encabeçada pelas oligarquias do Sul que dominavam o cenário político nacional e que buscavam estancar a saída dos recursos reclamados pelas áreas atingidas pela seca. Este discurso serviu para mais do que a simples obtenção de recursos econômicos e manutenção da dominação política, mas mostrou-se determinante na elaboração de imagens e textos para a delimitação de um novo espaço regional, o Norte seco.

O novo recorte espacial começa a ganhar notoriedade quando o paraibano Epiácio Pessoa assume a presidência do Brasil, e passa a destinar grandes incentivos financeiros nas obras de combate à seca no Norte. Fator importante foi à criação do IFOCS, que segundo Albuquerque Jr:

O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito desse fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área. Estes discursos, bem como todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como um recorte espacial específico, no país. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 81).

A seca ganha uma discursividade hegemônica, eliminando os outros discursos que construíam uma visão da seca e da região, com isso, ganha eficiência política para o combate aos males que descendem desse grande mal, mecanismo de lutas contra o declínio econômico e disseminação do messianismo e do cangaceirismo, e de embates políticos contra o Sul.

### **3.2 Projetos de assistencialismo do polígono das secas: a inserção do Programa de Emergência em 1979**

A seca foi elevada a problema do Norte ganhando repercussão em todo o país pelo seu teor devastador, seu conhecimento foi possível por meio dos discursos da seca, que aos poucos foram sendo silenciados em meio às lutas de poder, destacando-se o discurso da seca das oligarquias, mas um importante discurso para determinar medidas para o combate aos efeitos da seca foi o discurso técnico avolumado a partir de 1877 através de comissões enviadas pelo governo Imperial e posteriormente pelo poder Federal, construindo visões diversas sobre as causas da seca, as consequências causadas e formas de combater, elaboração de medidas mais sonhadoras que era possível instigando a seca por meio de uma transformação climática. As elaborações técnicas e a difusão de seu discurso por muito bateram de frente com o discurso oligárquico do Norte, contrariando seus interesses de ter na seca um mecanismo de ganhos políticos e econômicos.

Nas últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX foram permeadas pelo embate entre esses discursos, elaborações técnicas feitas por sulistas que representavam um poder regional e o poder central do Estado, e os oligarcas que se achavam os únicos capazes de mostrar as maneiras adequadas de enfrentar os efeitos da estiagem por estarem inseridos no espaço da ocorrência do fenômeno natural e saberem das penúrias vividas pelo povo, falas que aos poucos inseriu elementos do discurso técnico que fazem parte da região Norte que passaria a ser o Nordeste do Brasil, e de técnicos vindos da Europa e dos Estados Unidos, que adequavam os discursos em volta do poder dominante da região. Dessa forma, os oligarcas passam a fazer suas reivindicações agregando os elementos discursivos do poder dominante, dos dominados e com bases científicas, fortificando suas reivindicações por melhorias e mais recursos ao poder central.

O poder dos coronéis da região do polígono das secas cresce junto o poder científico, os eventos perdem sua mística sobrenatural passando a ser perceptivo a seca ser a causa de determinações do meio natural, que pode ser controlada através das leis científicas, e dotar essas definições como verdades absolutas, marginalizando os demais saberes. “Ocorre assim um estímulo por parte da classe dominante regional à produção de um saber “científico” sobre a seca que procura desmerecer aquele saber popular ou tradicional para, através da “força da ciência”, tornar seu discurso convincente em termos nacionais” (ALBUQUERQUE JR, 1988, p.179).

A construção de um discurso técnico-científico queria se mostrar melhor e superior, que poderia oferecer ao povo as maneiras certas de combater os efeitos da seca, sem que houvesse a necessidade da intervenção do poder político, buscando a retirada daquele espaço da inércia do atraso que viviam, modernizando a região seria possível vencer os males da estiagem. Este

discurso passara a servir aos interesses político do Norte para a realização de sua modernização conservadora, a verdade científica para a manutenção do poder local.

A partir das elaborações feitas pelas pesquisas das comissões enviadas a região e de técnicos da própria região foi elencada causas da ocorrência das secas e da determinação de soluções, foi criado órgão federal que se responsabiliza especificamente com o combate à seca, também a criação de programas ao longo do século XX para a modernização e melhoria da já região Nordeste.

Com a criação do IOCS em 1909 a seca deixa de ser apenas um problema de falta de água, que ocasiona dificuldade regional, tornando-se um bloqueio para o movimento de modernização que afeta a região e a nação, isso a coloca como um problema nacional, responsável pelos problemas sociais e econômicos, quando na verdade seu papel é de agravante do que já acontece neste espaço. Assim o discurso técnico pensava em uma utopia que foi agravada pelo discurso oligárquico e que já foi citado acima o de combate permanente da seca, dessa maneira seria possível igualar a situação entre as regiões do país, sendo possível uma modernização por completo. A prioridade do discurso técnico para combater a seca e modernizar a região, é que este se torne um espaço atrativo para o investimento de capital principalmente do mercado externo, beneficiando a hierarquia de poder já existente, prolongando ainda mais o descaso com uma vasta camada populacional que sofre com problemas sociais e econômicos.

O discurso técnico tornou em definitivo a segregação espacial dentro do Norte com a ocasião das secas e o direcionamento de mão-de-obra ociosa para a Amazônia produtora de borracha que atraía interesses capitalistas, foi determinante para a delimitação de dois espaços distintos o Norte banhado por grandes rios e condição climática que proporciona a constante ocorrência de chuvas e o Nordeste espaço condicionado à constante secas que impossibilitavam o progresso tão desejado pelos técnicos e pelas classes dominantes.

A busca pelo combate à seca e a modernização se intensifica com a ascensão ao poder federal do presidente Epitácio Pessoa, realizando várias mudanças para que o polígono das secas fosse mais bem atendida por meio de incentivos permanentes a essas áreas e não só no momento da ocorrência do fenômeno natural como era realizado antes pelas políticas públicas e as mobilizações realizadas pelos jornais do Sul com campanhas de arrecadação de suprimentos para socorrer os flagelados do Norte. No governo do paraibano ocorre o fortalecimento do órgão que atende o espaço que sofre com as secas, passa a se chamar IFOCS no ano de 1919, são mobilizados recursos para o processo de açudagem que já era requisitado há anos pelos oligarcas e a bancada do Norte, mas que serviu de instrumento de fortificação do



poder local, pois grande porcentagem desses açudes foi construída em terras particulares sem que houvesse a desapropriação pelo Estado para atender a população pobre que sofria pelos percalços sociais e econômicos, mas também pela falta d'água, acarretando ainda mais o estado de miséria que ocorria e que era desejo dos dominantes na sua obtenção de favorecimentos para a manutenção da indústria da seca que se instaurara com inspetoria contra as secas.

Obras de outras naturezas foram realizadas a construção de estradas, de ferrovias, entre outras construções, alvos também do interesse de dominantes locais, servindo aos seus propósitos e ao mesmo tempo os desfavorecendo, pois servia para o escoamento de suas produções e facilitava a chegada de ajudas para as populações carentes, segundo Mello (1995):

As obras contra as secas nem se limitaram a açudes nem ao semi-árido. Na Paraíba, graças ao prestígio de Epiácio Pessoa, secundado por José Américo de Almeida, sendo este Ministro de Viação por duas vezes, 1930 a 1934 e 1953 a 1954, assim como candidato a Presidência da República, em 1937, tais empreendimentos distribuíram-se por todo o Estado. Envolveram rodovias e ferrovias, pontes, quartéis, abastecimentos d'água e eletrificação, comunicações postais e telegráficas, edifícios públicos, hospitais, escolas e patronatos, estações experimentais e de remonta, drenagem de rios, campos de aviação, etc. A Paraíba tornou-se uma das unidades de maior concentração de recursos para essas realizações, o que motivou protestos de Estados vizinhos. (Mello, 1995, p. 164).

Os benefícios eram diversos pelos recursos específicos e o favorecimento de determinadas áreas também, dependendo para onde o poder central se direcionava em relação às elites oligarcas desta região.

Em contrapartida o ponto negativo era grande parte da população que não queria viver em condições de miséria nas áreas atingidas pela estiagem utilizavam esses recursos para se dirigir para regiões não atingidas e grandes centros urbanos, movimentos de migração altamente prejudicial para a manutenção do poder político dos coronéis, pois a saída da população sangrava seus currais eleitorais onde exerciam o poder por meio do paternalismo e da força bruta com os jagunços seus exércitos particulares. A respeito das massas populacionais que migravam pelo interior da ainda Província da Paraíba

[...] A onda humana derramou-se, à crueza da canícula, pelas estradas comburidas, sem uma sombra acolhedora.

Eram figuras sumidas, escavacadas por um regime alimentar insuficiente e tóxico, que mal se equilibravam nos esqueletos descarnados. E vinham de muito longe e não sabia aonde iam.

A Paraíba mal podia comportar tamanha afluência. Os flagelados amontoavam-se, que nem bichos, no saguão do convento de São Bento, na casa do mercado, no edifício da escola pública e em palhoças improvisadas no terreno que ficava ao fundo do terreno do palácio presidencial. E um avultado número perambulavam ao desabrigo e dormia ao relento. (ALMEIDA, 1980, p. 192-193).

Essas situações desesperadas a procura da sobrevivência se alastrava não só na Paraíba como também nos demais Estados atingidos pelas estiagens, êxodo que era registrado em todos os períodos de seca do Norte e posteriormente região Nordeste.

Os favorecimentos políticos e econômicos são freados com a saída de Epiácio da presidência, e obras e mobilizações de recursos só são retomadas no governo de Getúlio Vargas, quando em 1945 a inspetoria passa a ser o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), mesmo assim durante a primeira metade do século XX as medidas tomadas por este órgão público só elevou o estado de pobreza e de estagnação da região, mantendo as relações de dominação a tempos vigentes na região, que mudavam os títulos concedidos, mas realizavam as mesmas relações tradicionais de mandonismo.

A sucessiva ocorrência de secas, e visivelmente não se constatava transformações na região, sendo apresentados sempre os problemas já registrado desde o surgimento do discurso da seca com a estiagem de 1877-79, fez com que em 1958 fosse mobilizado um grupo para estudar a fundo os problemas que ali acontecem para que pudesse ser feito algo de acordo com que se esperava e prometido pela política desenvolvimentista de Kubitschek. Assim foi organizado o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), encabeçado pelo economista Celso Furtado.

A partir dos estudos realizados foi constatado que os problemas que assolam o espaço nordestino não advêm apenas das condições geográficas e climáticas, mas de condições sociais que se arrastavam há séculos nessa região do Brasil, a concentração de grandes latifúndios, recursos econômicos e poder políticos nas mãos de uma pequena parte da população, dessa maneira foi criada a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), para que a execução de projetos que contornasse a situação de atraso e pobreza da região, o DNOCS passou a ser submetido a esse, focando agora apenas na realização de obras de aproveitamento da água e de projetos que através de projetos agrícolas melhorasse a situação social e realizasse a modernização. Os interesses da SUDENE iam de encontro aos interesses dos políticos conservadores do Nordeste, mas foram aprovados no congresso, em seguida seus esforços esbarraram no Golpe Militar de 1964 e a instalação da ditadura, que era apoiada pelos conservadores de todo o país, muitos deles como no caso do Nordeste que mantinha seus poderes através dos grandes latifúndios.

Durante o período da ditadura militar as soluções e políticas sugeridas pela SUDENE e pelo DNOCS, que transformava as diretrizes elaboradas para combater a seca, mas que deveria sim implantar medidas de convivência com ela, pois não era possível mudar as condições naturais advindas do clima semiárido, tudo isso fica no papel prolongando o que era feito a

décadas da realização de obras para a captação d'água em propriedades particulares além de incentivo financeiros aos proprietários dessas terras. Assim:

No contexto da época, a “lógica militar”, por extensão, era a lógica dos políticos conservadores nordestinos, entusiastas da quartelada de 1º de abril. E, a exemplo dos decênios anteriores, a missão do DNOCS era perpetuar o passado perverso em que açudes construídos com recursos públicos acumulavam milhões de metros cúbicos de água em grandes propriedades particulares. O retrocesso do DNOCS e da política de convivência com as secas, apenas esboçada com a criação da Sudene, ficou visível com a seca de 1970 e, mais ainda, com a grande estiagem do quadriênio 1979-1983. (POMPONET, 2009, p. 63).

Na busca de melhorar as condições da “região-problema” foram desenvolvidos diversos programas de aperfeiçoamento agrícola na região Nordeste, que visava à modernização ainda não alcançada, desenvolver o convívio com a seca e resolver o problema de mão-de-obra excedente, pois nas épocas de estiagem uma grande massa se deslocava do sertão em direção aos grandes centros urbanos e para o Sul, com isso, procuraram-se medidas na qual fixaria grande parte da população composta de pequenos proprietários e trabalhadores sem terras na região. Os programas de maior destaque na década de 70 foram o Projeto Sertanejo e o Polonordeste, que a característica principal era a criação de empregos no campo e em cidades do interior, para evitar o êxodo rural que ocasionava inúmeros problemas sociais nos grandes conglomerados urbanos. Dessa maneira:

Cumpram ressaltar também que os novos mecanismos de intervenção do Estado na região Nordeste conservam um traço em comum com a tendência histórica: as secas continuam no centro das atuações do poder público. A nova fórmula coloca-se ao lado, e não no lugar, das medidas tradicionais de assistência. Assim sendo, além do paternalismo oficial nos períodos de secas, o Estado também intervém, de forma programada, a fim de promover certas transformações na região, que possam adaptá-la aos novos imperativos tanto do capital como, e principalmente, da legitimação do poder central. (BURSZTYN, 2008, p. 51).

Foram implantadas políticas de modernização, mas que se concentravam em poucos lugares e com pouca extensão, mantendo as formas arcaicas de dominação, com um grande número de trabalhadores submetidos a poucos patrões.

A década de 1970 terminou como começou com a ocorrência de mais uma grande estiagem, com proporções bem maiores se estendendo de 1979 a 1983 colocando-a como a mais devastadora do século XX, período no qual ficou evidente o retrocesso das políticas aplicadas pelo Estado e pelo DNOCS e a SUDENE, se abatendo sobre a região Nordeste os antigos problemas, que só se agravavam com a seca.

Na década de 70 foram implantadas políticas de característica “a posteriori”, para a criação de infraestrutura que possibilitasse melhores condições em período de secas futuras. Tais medidas realizadas pelos projetos já citados acima o Projeto Sertanejo e o Polonordeste

não foram suficientes para contornar os problemas de produtividade e de desemprego que agravavam o social e o econômico durante longos períodos de estiagem, isto, mostrou a ineficiência dos trabalhos realizados em grande parte das obras hidráulicas, mas que em mãos dos grandes proprietários mantinha a condição de miséria para o povo, e o companheirismo Estado e poder local.

Na seca de 1979-83 foram retomadas as medidas políticas de caráter imediato para que a população pudesse resistir ao período de estiagem. Assim o governo Federal por meio do Ministério do Interior e da SUDENE implantou o Programa de Emergência, que substituiu às antigas Frentes de Trabalho, no entanto mostrando diferenças e algumas semelhanças

Ao contrário de sua predecessora, as Frentes de Emergência não se caracterizavam mais por seu caráter de “solução keynesiana”, ou seja, a mobilização de grandes massas de trabalhadores para a implantação de obras públicas. A nova tática empregada é o recrutamento de trabalhadores para a implantação de melhoramento nas próprias propriedades, de maneira a torná-las “menos vulneráveis” à impetuosidade das secas. (BURSZTIN, 2008, p. 48-49).

As Frentes de Trabalho realizadas antes de 1970 em aspecto geral se mostraram ineficaz, pois não apresentou mudanças significativas para a sociedade, mobilizava a massa de trabalhadores desempregados para a construção de estradas e açudes que beneficiavam prioritariamente os grandes oligarcas da região Norte em primeiro momento e depois o Nordeste, pagando a os trabalhadores uma quantia insignificante e fornecendo uma pequena quantidade de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Mas cumpriu durante todo esse tempo com muita eficácia o seu principal objetivo, que era a manutenção do poder local e o paternalismo do Estado com os grandes latifundiários, já que eles eram os que mais ganhavam com essa política.

O Programa de Emergência corresponde a uma mudança de diretriz na política do poder central e para contornar transtornos proporcionados pela má operação das Frentes de Trabalho, que possibilitou por meio das redes viárias facilidade para a locomoção, o que aumentou consideravelmente o número de pessoas que deixavam seus locais de origem, o êxodo rural ocasionou um inchaço dos centros urbanos, pessoas que partiam atrás de emprego e de melhores condições de vida algo que nem sempre era possível, havendo um amontoamento nas periferias criando grandes favelas, o que só contribuía para o agravamento de problemas sociais, econômicos e de saúde.

Houve uma importante ressignificação na realização dos trabalhos, que passaram a ser realizados em propriedades privadas e não mais a mobilização para as obras públicas, essa mudança tinha como plano político manter os empregos prioritariamente no campo, mantendo

as pessoas inscritas nas frentes presas ao local de origem e permitir o fortalecimento dessas terras para melhor conviver com efeitos de secas futuras, porém tais medidas estavam alinhadas com interesses do poder central e suas trocas de favores com poder local, fazendo com que os trabalhadores continuem nas terras e não migrem, isso acarretava na manutenção da mão-de-obra e parcela adulta que compunha a massa eleitoral que elegiam os políticos locais muitas das vezes um grande latifundiário, quando não era um descendente das antigas oligarquias de tal região.

Em tese as mudanças na atuação do Programa de Emergência são significativas, mas na prática os beneficiados das obras realizadas são os mesmos de antes os grandes proprietários. As Frentes de Trabalhos Emergenciais se tornou assim como a antiga Frente de Trabalho um mecanismo da “indústria da seca”, pois as novas políticas só tornaram oficial o que antes já era feito, a realização de obras em propriedades privadas, antes de 1979 as obras realizadas tinha o teor de pública, eram realizadas construções, grande parte obras hídricas em terras dos oligarcas, não desapropriavam essas terras e a grande porcentagem da população composta por trabalhadores sem terras e pequenos proprietários não usufruíam dessas construções permanecendo a condição social catastrófica. Em suma as medidas da Emergência são iguais, sem a pretensão de mudar a estrutura social ou as condições econômicas das áreas atingidas pela seca, mas apenas prender ali o homem que tendia a migrar em épocas de seca e que muitas das vezes ao passar o período de estiagem não retornavam a esses locais por não terem terras para onde voltarem, assim o Programa de Emergência buscou prioritariamente beneficiar grandes proprietários como era feito antes pelas obras realizadas.

O programa expressa alguns benefícios, a locação de trabalhadores realizados em suas próprias terras ou em propriedades vizinhas, sem a necessidade de desloca-se quilômetros como nas Frentes de Trabalho tradicionais. Nas propriedades inscritas eram realizadas diversas atividades para preparar a terra e a estrutura hídrica para épocas chuvosas, para o plantio e acumulo de água respectivamente, construção de pequenos açudes, canais de irrigação, cacimbas, desmatamento, destocamento, construção de cercas, etc. Em um primeiro momento se mostram benéficas já que melhoram as terras contempladas, mas os privilegiados só eram os donos das terras, em maior medida os grandes latifundiários, a grande massa dos flagelados composta por sem terras apenas usufruíam das benesses quando conseguiam se alistar como trabalhador nas frentes, recebendo um pequeno salário.

Para a atuação do Programa de Emergência fosse efetivado foi realizada uma classificação das propriedades em métodos realizados antes pela SUDENE na realização de outros projetos

1) propriedade baixo de 20 ha, permitia alistar até cinco trabalhadores rurais, inclusive familiares e donos das propriedades, assumindo o Governo Federal o custeio a fundo perdido da mão-de-obra empregada. (Em 1980/81 fora modificado: seriam atendidas propriedades abaixo de 50 ha, porém reduziu-se de 5 para 3 o número de trabalhadores custeados pelo governo).

2) propriedade de 21 a 100 ha, permitia alistar até 10 trabalhadores rurais, inclusive familiares e donos da propriedade, assumindo o Governo federal 80% do custeio da mão-de-obra empregada, enquanto os 20% restantes eram contribuídos pelo proprietário da terra, inclusive com sua força de trabalho. (1980/81 também modificado: teria sido oferecido crédito de emergência para custear a mão-de-obra necessária em propriedades entre 51 e 100 ha).

3) propriedades de 101 a 500 ha, o Governo Federal assumia 70% das despesas a fundo perdido com a mão-de-obra e os 30% restante por conta do proprietário, que poderia dispor de uma linha de crédito de emergência, com juros de 2% ao ano, carência de 6 anos e 20 anos para amortizar.

4) propriedade acima de 500 ha, com participação de 50% do Governo Federal a fundo perdido com a mão-de-obra e os 50% restante por conta do proprietário, que também dispunha da mesma linha de crédito de emergência. (CAMPOS, 2004, p. 47-48).

Os maiores beneficiados pelo programa sempre eram os donos das grandes propriedades, mesmo com o Governo Federal assumindo totalmente ou quase todo o custeio das pequenas e medias propriedades, pelo fato de ser alto o valor investido quando o poder central assumia a metade dos gastos e os proprietários dessas terras também tinham facilidades nas linhas de créditos das quais não dispunham os pequenos proprietários, e o número de grandes propriedades entre 101 e 500 hectares e mais 500 hectares eram maiores do que as demais, em muitos casos isso aconteceu pela desinformação a respeito do programa no período em que se iniciou as inscrições das propriedades e em outros casos pelo medo que os pequenos donos tinham de alguma possibilidade de perder suas terras caso ela se tornasse a garantia para os investimentos governamental como acontecia em programas de modernização da agricultura vigentes na região Nordeste muito devido a falha nas comunicações pelos responsáveis pelas Frentes, outra barreira era a apresentação no ato da inscrição do documento que oficializava o registro da terra junto ao Incra, o que muitos deles não tinha, sendo favorecido novamente donos de grandes extensões de terras que apresentava a documentação necessária e em alguns casos documentos de mais de uma propriedade (BURSZTYN, 2008).

Os trabalhadores realizavam trabalhos diversos no melhoramento da terra e posteriormente em obras comunitárias e publicas a partir de 1982 com a mudança realizada pela Sudene no Programa de Emergência que passou a ser chamado de “Bolsões da Seca”, atendendo locais específicos atingidos pela seca e não mais a grande quantidade de municípios no Estado da Paraíba e na região Nordeste, isso, por meio da alegação de precipitação em algumas espaços, essa transformação no atendimento em muitos casos só visava atender interesses políticos regionais e locais de cada Estado no período eleitoral do ano de 1982 (CAMPOS, 2004). Na realização dessas obras os trabalhadores recebiam um pagamento ínfimo, que nos

primeiros meses do Programa em 1979 era pago a quantia que correspondia a o salário mínimo regional, nos anos seguintes o pagamento nem se assimilava a taxa mínima estadual.

O Estado tinha um papel dualista na realização do Programa de Emergência, como mostra Bursztyn:

Para a maior parte da população, ele não passa de um patrão temporário, que, aproveitando-se da falta absoluta de desemprego localmente, assume a condição de monopsonio suficientemente forte para lhe permitir pagar salários inferiores mesmo ao mínimo institucional. Para a minoria dos privilegiados, por outro lado, o Estado tem um papel de sócio filantropo, que cobre os custos de capitalização sem participar no rateio final dos frutos. (BURSZTYN, 2008, p. 109).

Dessa maneira o poder central exercia o papel de paternalista em relação a população pobre que servia na grande maioria como mão-de-obra, apenas investindo uma pequena parte do capital em grande parte variando sempre para menos, sem nenhum ganho significativo para a massa trabalhadora. Enquanto isso, os ganhos importantes continuavam com os grandes proprietários que ganhavam do Estado os maiores ganhos com as diversas obras realizadas, por ter em maior número as suas propriedades beneficiadas com as inscrições e as políticas para a obtenção de recursos para investimentos.

Em sua essência o Programa de Emergência não difere em nada da velha Frente de Trabalho, pois, continuou o processo de manutenção do poder dos donos das grandes porções de terras, no tocante em que as obras realizadas só valorizavam ainda mais as terras destes proprietários, os trabalhos realizados pela Emergência na seca de 1979-83 prepararam grandes extensos territoriais, o que foi crucial para a derrocada dos sistemas tradicionais entre patrões e arrendatários, meeiros, e moradores, que agora passavam a servir como trabalhador assalariado, assim como pretendia as políticas modernizadoras, e no caso dos estados nordestinos a modernização conservadora.

A tendência a o beneficiamento dos ricos e a permanência e em muitos casos a piora da situação da grande parte da sociedade desfavorecida, o Programa não se mostrou diferente em termos sociais e econômicos em relação aos antigos trabalhos realizados pelo poder central, e nem atingiu a principal meta do Estado que era evitar o êxodo rural mantendo a população presa as suas terras, a migração para os grandes centros urbanos tendeu a aumenta a partir de 1980, o que só fez crescer a população das principais cidades nordestinas, e com isso, os diversos problemas

Este crescimento, porém, se deu em que as atividades secundárias e terciárias fossem capazes de absorver este aumento populacional, o que acarretou a proliferação de favelas e mocambos, a queda do nível de vida, de alimentação, de educação e de saúde da população, a difusão do uso das drogas, sobretudo entre adolescente, o crescimento da prostituição e a insegurança dominante nas ruas. Deste modo, o crescimento populacional não proporcionou o desenvolvimento, ao contrário, acarretou o

empobrecimento e a queda do padrão de vida da população. (ANDRADE, 2005, p. 249-250).

Vários problemas sociais e econômicos permanecem ou se difundem com as Frentes de Trabalho da Emergência, mas também são realizadas diversas trapaças pelos responsáveis pelas obras e pelos ricos proprietários onde obras eram feitas

Paralelamente à função paternalista diferenciada – patrão para os pobres e sócio filantropo para os ricos -, as “frentes” servem também como instrumento complementar de lucros extraordinários para os grandes poderosos locais, que utilizavam seu poder pessoal para enganar o estado e os trabalhadores. É o caso, por exemplo, da inscrição de trabalhadores fantasmas, que supostamente estariam trabalhando em suas terras (inválidos, não-agricultores e até defuntos) ou de contratos informais prévios com os trabalhadores, mediante os quais estes devem aceitar um salário mais baixo ainda do que o que lhes assegura o Estado, renunciando um percentual em favor do proprietário. Nos dois casos, a finalidade da trapaça é a de cobrir integralmente os custos de mão-de-obra com os recursos que o Estado transfere a fundo perdido, de maneira que a parcela que é obtida financiada possa ser utilizada em alguma atividade especulativa mais rentável. (BURSZTYN, 2008, p. 110-111).

Os ricos que já eram beneficiados e que também enganavam o Estado sempre na busca dos benefícios para uma pequena parcela de pessoas, não realizavam essas atividades sozinhos, em muitos casos eram encobertos e ajudados por funcionários da Emater que ganhavam junto com os grandes poderosos, e o envolvimento de políticos locais e de regiões interioranas que clamavam por ajuda junto ao governo Estadual e Federal para essas localidades, em alguns casos envolvidos nas trapaças para obtenção de ganhos políticos dos senhores locais, pois se aproximava em meio à grande estiagem o ano das eleições.



## **4 Capítulo III - O Messias dos flagelados? Ou, um cavaleiro apocalíptico? A face salvacionista e excludente do Programa de Emergência no interior paraibano (1979-1983)**

### **4.1 Falas de salvação e exclusão**

No ainda Norte do Brasil que hoje está dividido em Norte e Nordeste, diversos foram às características que fomentaram o nascimento e o fortalecimento do discurso da seca, que se usava de aspectos naturais da região semiárida para transformá-la em a principal problemática. O discurso encabeçou a luta das relações de poder entre as oligarquias nortistas e sulistas, na qual se fazia por meio da politização da seca para elaborar falas de exclusão na política nacional e dos projetos modernistas, e também a busca pela salvação de um espaço pobre, flagelado, atrasado, que precisava de subsídios necessários para voltar aos tempos áureos que existia antes da estiagem da qual era anunciado pelos populares, e a busca pela modernização no intuito de estabilizar os males sociais e econômicos, melhorar as dificuldades por qual vinha passando a parte seca do Norte, enunciados feitos pelas oligarquias que endossaram este discurso atendendo seus objetivos.

A elaboração de uma discursividade em torno desse fenômeno que tanto castigou e castiga o Norte/Nordeste ocorreu em torno do saber popular das pessoas pobres, essencialmente o trabalhador do campo, o mais afetado pela ocorrência da seca, que disseminaram em seu meio social e também nos demais setores sociais, conhecimento diversos sobre causas, consequências, maneiras para a convivência, e em sua visão o que os levaria a se salvarem.

A visão tradicional da seca foi criada pelo homem pobre do campo, esse estava sempre preocupado por está imerso em um espaço, cujo as estiagens são constantes e ameaçadoras, que poderiam acontecer em ciclos menores ou maiores, e as catástrofes variam de uma a outra. Pela cultura religiosa do homem do interior, a seca é vista com uma característica natural do mau, um castigo divino fruto das transgressões do pacto tradicional entre os homens e, entre o homem e Deus (ALBUQUERQUE JR, 1988).

Os aspectos tradicionais lançam diversas falas na busca pela redenção, principalmente com Deus para que pudesse se salvar da seca. Uma das formas era reatar o pacto tradicional com Deus, isto, fazia com que eles fossem poupados do castigo divino que havia sido lançado por causa das transgressões feitas pelos homens que não respeitava mais as leis divinas naquele espaço, por isso, a seca sempre foi algo presente em suas vidas.

Outra alternativa era a fuga. Assim como fugia tudo que ali existia, por exemplo, as aves e os animais que eram caçados para a subsistência, o homem também saía do espaço castigado

para lugares desconhecidos procurando sobreviver. A estiagem intensificava o êxodo rural, na Paraíba essas ondas migratórias se dirigiam ao brejo e ao litoral, o que acontecia com frequência em período de seca, a migração a partir do século XX também se registra em direção aos grandes centros urbanos do Sul do país, buscando a salvação da situação causticante deste espaço. Migrar para outras regiões para escapar da seca acontecia pela exclusão sofrida por essas famílias do campo, que não eram assistidas com cuidado pelas lideranças nacionais, e estaduais principalmente que dependiam do poder local que fazia do cenário de flagelo como uma indústria para o benefício privado se apropriando das poucas verbas públicas direcionadas.

A salvação para o homem do campo sempre era esperada no maior símbolo de esperança para a população que vive nas regiões sujeitas a grandes períodos de estiagem, a chuva. A chuva, a água vinda do céu, um sinal das benesses de Deus com o homem pobre do campo, esse era o sinal de mudança para todo o povo castigado, por um fenômeno que não distingui classes sociais, a seca afeta a todos, como um fator agravante dos vários problemas e flagelos da região, mas que era pensado como o único causador.

Em meio a esse caminho de volta a Deus e a busca para que ele tenha compaixão e mande as bonanças, a igreja aparece como uma espécie de mediadora na terra, onde o sacerdote exerce a função de defensor desses homens pobres miseráveis e pecadores, devendo se auto punir, purificando-se, conseguindo o perdão divino, só assim seriam salvos do temível castigo, a seca.

O discurso técnico sobre a seca também lançou possibilidades de solução para os efeitos da estiagem, causas aqui advêm das leis da natureza e não pela intervenção da mão divina. A priori as elaborações para salvar essa região dos efeitos da seca residiam em formulações utópicas da qual pensavam em até mesmo extinguir em definitivo a seca do semiárido, mas em visões mais moderadas que visavam reduzir os efeitos que elas causavam no espaço castigado. Muitas soluções propostas pelos técnicos procuravam criar uma realidade totalmente diferente da realidade existente, desprezando as condições sociais e econômicas que eram encontradas nas áreas secas, queriam a todo custo instaurar a modernidade, deixando de lado qualquer um que fosse contra suas proposições

O discurso técnico vai insistir no fim das soluções eminentemente assistencialistas e imediatas, que eram tomadas pelo Estado, sempre que o fenômeno se repetia; insistirá ainda que o fenômeno é cíclico, é permanente, permanente também deve ser o combate. Este combate permanente, acima de tudo devia ser sistemático, ou seja, organizado, planejado. Esta visão ganha corpo principalmente no início do século XX, mas podem-se perceber seus traços iniciais ainda no fim do século XIX. (ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 204).

As propostas colocadas pelos técnicos ganharam força quando o discurso oligárquico eleva a seca a “problema do Norte”, com isso, querem ganhar espaço para as soluções científicas de combate à seca. Diversas são as maneiras para salvar a região de problema, partindo do reflorestamento para influência no regime das precipitações; como também a modernização das áreas secas com a construção de estrutura para dar suporte para suprimentos enviados aos flagelados com a construção de portos, linhas férreas e abertura de estradas; para solucionar o problema hídrico foram sugeridas a abertura de poços artesianos, construção de canais e a política de açudagem dessas áreas, que também se enquadravam no projeto modernizador para o beneficiamento da produção agrícola; a mais radical das propostas feitas se deve a canalização do Rio São Francisco, sugerida desde o Império, mas que nunca fora bem aceita, não sendo posta em prática.

Essas propostas seriam uma salvação disfarçada, pois os únicos beneficiados com a realização de parte dessas obras quando eram efetivadas, porque muitas delas não passarem de construções fantasmas, servindo todas ao mesmo propósito beneficiar os oligarcas locais através da “indústria da seca”.

Em meio à proliferação de vários enunciados sobre as problemáticas da seca, prevaleceu nessa relação de poder a verdade discursiva das oligarquias da região, que se unem contra o Sul e as formulações sobre a seca de seus técnicos. A união da classe dominante fez com que lutassem por seu espaço trazendo ali técnicos do exterior e formando técnicos ligados a eles que construíram um saber científico próprio sobre a seca, colocando este fenômeno como o principal problema regional e depois elevando ao grande problema nacional, o que lhes concedeu força suficiente para lutar por ganhos políticos e econômicos que os favoreciam particularmente como já foi discutido no capítulo anterior.

O discurso oligárquico da seca permeado pelo discurso técnico apresentava divergências para apresentar as soluções adequadas para salvar esse povo dos flagelos, ao passo que alguns falavam que deveriam realizar projetos que amenizasse os efeitos, outros mostram visões utópicas querendo realizar trabalhos que erradicasse em definitivo a estiagem. Uma das soluções apresentadas pelos discursos sobre a seca era para solucionar a falta d’água ao passo que sempre se relacionava os problemas a ausência do líquido, com isso, a proposta de obras hídricas sempre presente nas reivindicações e não era diferente com os oligarcas que pediam junto ao governo Federal, mas que era rejeitada pelas oligarquias do Centro-Sul pelo fato de grandes reservatórios de água a céu aberto que teriam um grande volume evaporado seria propício para o alastramento de pestes (ALBUQUERQUE JR, 1988).

As oligarquias em princípios do século XX colocavam em seu discurso reivindicador para medidas e investimentos buscando a instauração de um combate permanente contra as secas, não queria mais apenas medidas de caráter imediato à ocorrência do fenômeno, que eram a mobilização de outras regiões para arrecadar donativos para ser distribuído ao mais afetados, como também a realização das Frentes de Trabalho que deslocava grandes massas populacionais.

Os dominantes desse espaço usam de sua força na hierarquia de poder discursivo dirigindo suas falas para pedir cada vez mais por investimentos em longo prazo, para a construção de obras de combate à seca e a modernização da região, a intervenção nesse sentido passava a alimentar a máquina do favorecimento da “indústria da seca”, que sempre fora o seu objetivo, a própria salvação, da posição da qual antes eram privilegiados, a superioridade e o mandonismo sobre a população pobre deles dependente.

Reivindicações dessa natureza e o favorecimento de poucos, sem uma solução efetiva dos efeitos da seca, e dos problemas a séculos ali existentes se prolongou por quase todo o século XX, sofrendo com secas de curta duração até serem envolvidos por uma longa estiagem, aflorando todas as deficiências e ineficiências dos projetos realizados no âmbito de resolução dos efeitos da seca e de modernização da produção agrícola, pois em 1979 quando se iniciou a grande estiagem se encontrava nesse espaço grandes lacunas a serem resolvidas em nível político, econômico e social, da qual se afloraram de maneira gritante na Paraíba e no Nordeste inteiro.

As atitudes mesquinhas das classes políticas locais com a figuras dos coronéis apoiados pela omissão do Estado Nacional, e posterior a esse símbolo local, com uma postura mais ativa no autoritarismo do poder central, levaram a massa pobre que compunha o povo do hoje Nordeste a uma posição sempre de excluídos do desenvolvimento social e econômico da região e da Nação, recebendo apenas poucos subsídios em épocas de situação emergencial, que viam através de empregos miseráveis em frentes de trabalhos que só iriam beneficiar grandes proprietários, nem de longe iriam ajudar futuramente a população, tendo que se deslocar muitas vezes distâncias enormes até mesmo sair de uma cidade para outra, tendo que receber um salário insignificante que mais parecia uma esmola, para se manter onde estava alojado e sustentar suas famílias sofridas com a falta d'água e a fome.

O homem e a mulher do campo apegados a suas forte fé e temor do poder divino por muito tempo acreditavam ser abandonados por Deus em períodos que a miséria se intensificava com a seca, debaixo de um sol escaldante que os castigava, falas que ainda são encontradas nas regiões mais interioranas e por gerações dos princípios do século XX, mas o abandono maior

estava diante deles mesmo, daqueles que eles tinham admiração e deviam obediência, os donos das fazendas que abrigavam muitos moradores sem terras e que ali se instalavam, e os pequenos agricultores que também eram ligados a esses por apadrinhamento político e protegidos por esses bem feitos que eram lobos disfarçados na pele do “bode”.

O Estado era o maior contribuinte para essa submissão em um sistema de pirâmide de dependência política e econômica, excluindo sem terras e pequenos agricultores das linhas de créditos rurais, por uma série de questões

Em princípios, o grande proprietário não tem interesse em que seus parceiros e/ou moradores sejam beneficiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. Primeiramente, porque o crédito oficial é bem mais barato do que os adiantamentos tradicionais do sistema latifúndio-minifúndio. Em segundo lugar, os adiantamentos significam um instrumento importante na perpetuação da dependência dos pequenos produtores em relação ao latifúndio, bem como uma garantia da permanência dos primeiros nos limites territoriais do segundo. Nestes termos, o funcionamento não oficial funciona como uma espécie de catalisador de um “exército de reserva (e ativo) cativo”. Em terceiro lugar é muito comum no esquema produtivo do latifúndio que o grande proprietário (ou o grande comerciante local) compre a produção dos pequenos produtores antes mesmo da colheita (compra na folha). Ou seja, o produtor recebe um empréstimo de acordo com o volume estimado de sua produção, calculado segundo um preço invariavelmente inferior ao que se espera ser o valor no mercado, na época da colheita. A compra na folha obriga ao produtor a “vender” sua produção a quem lhe deu o crédito, sendo que a própria produção se converte em pagamento ao financiamento. (BURSZTYN, 2008, p. 62).

Essas características exemplificam bem o porquê da exclusão, para não perder a vasta camada de dependentes que cada grande proprietário tinha para atender a demais objetivos fora os lucros agrícolas, tais condições já eram impostas dificultando em períodos bons onde a chuva caia e o agricultor podia tirar seu sustento das suas plantações, mesmo em condições difíceis. Durante a seca tudo ficava pior e as alternativas escassas, tendo que migrar ou trabalhar nas obras emergenciais.

#### **4.2 Os discursos de salvação através de políticos e do homem do campo nas páginas do Diário da Borborema**

A seca que se prolongou na região Nordeste entre os anos de 1979-1983, foi de grandes perdas e de agravações dos problemas existentes, que estavam só maquiados por alguns investimentos feitos que alcançavam apenas uma pequena quantidade de famílias pobres, sendo grande parte dos ganhos provenientes da concessão de créditos e realização de obras para grandes proprietários.

Tais realizações e descasos eram semelhantes por todos os Estados da região, mas meu foco se direciona para o Estado da Paraíba no período referente a estiagem, destacando no

polígono das secas paraibano a realização do Programa de Emergência, um projeto que descende das Frentes de Trabalho, que realizava a mobilização de trabalhadores do campo em períodos de seca para a utilização de obras públicas, da qual só se fazia uso durante os períodos secos, sendo desativado assim que se registravam chuvas suficientes para que o homem pobre do campo pudesse voltar as suas terras, onde se trabalhava a agricultura de subsistência.

Em tempos de longas estiagens na Paraíba, as regiões que mais sofrem com a chegada do fenômeno são as que ficam entre o Agreste e o Sertão por estar em um regime de clima semiárido, destacando-se o Cariri, Curimataú, Seridó, Sertão e também a região da Borborema em secas de maiores proporções, que é o caso da que aconteceu no período aqui estudado. Outras regiões englobadas pelo Agreste e a Zona da Mata paraibana também sentiram os efeitos ao passo em que se prolongavam os efeitos como é o caso do Brejo paraibano, mas não vou me ater aqui nessa análise.

O discurso acerca do Programa de Emergência efetuado na Paraíba dos anos citados acima, foi realizada por meio de matérias encontradas em pesquisa feita no arquivo do Jornal Diário da Borborema, buscando aqui traçar especificidades sobre as manchetes e os conteúdos dedicados ao projeto de combate aos efeitos da seca, como era citado os trabalhos emergências na época.

Nesse primeiro momento da análise das matérias encontradas sobre o referido programa entre os anos de 1979-1983, tratarei do caráter salvacionista presente em muitas notícias, a busca pela salvação ou a constatação de que a Emergência já vem os salvando da estiagem, essa característica se manifesta em diversas falas de diferentes setores sociais e de diversas localidades do Estado. Grande parte desses discursos advém do poder político, governador, deputados, prefeitos e vereadores, porém se faz presente também a fala do homem pobre do campo, em menor proporção, já que não tem força para que seu discurso se sobressaia, algo que desde a institucionalização da seca que em um primeiro instante prevaleceu o discurso oligarca, posteriormente o Estado assume a característica paternalista que era exercida pelos coronéis, isso ocorreu de uma maneira conservadora, mantendo para a execução de suas ordens as classes políticas dominantes ligadas ainda à propriedade rural, mas agora obedecendo a uma ordem diferente que partia do Governo Federal, para o Governo Estadual e o Governo Local.

Ao tocante que avançava o ano de 1979 começa a aparecer nas páginas jornalísticas do Diário da Borborema a difícil situação que está a se manifestar pelo interior do Estado, a seca começa a se fazer presente no cotidiano, pois o volume de chuvas esperado para os primeiros meses do ano, o período de “inverno” para o homem do campo não aconteceu. Assim a situação passa a ser emergencial na medida em que os últimos meses do ano se caracterizam

naturalmente pela falta de chuvas, proporcionando períodos secos todos os anos, fato normal ter acontecido à estiagem em 1978, porém prolongou-se no ano seguinte com as baixas precipitações.

Dessa maneira no início da segunda metade do ano já se fazia sentir o golpe “Municípios atingidos pela seca perdem 70% das suas lavouras” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 3 de jul. 1979), a constatação das perdas se registraram nas regiões paraibanas mais sujeitas a ocorrência das secas atingindo vários municípios do Cariri, Curimataú, Seridó e Sertão. Perdas nessa escala como foi noticiado são sentidas de imediato pela população pobre de agricultores, pelo fato de tirarem a sua sobrevivência das culturas de subsistência, tirando o “lucro” dessas plantações o homem do campo não tinha reservas ou outro tipo de emprego que lhe garantisse passar por momentos difíceis que caíam sobre eles com os efeitos da seca.

O flagelo da estiagem já era sentido por muitos municípios interioranos, desde o início do ano o clima tensão se estabelecia. Algumas cidades haviam decretado calamidade pública, e o então governador, Tarcísio Burity, decretara estado de emergência em algumas cidades que passaram a ser assistidas por frentes de trabalho emergencial, o número ainda era pequeno, a seca ainda não ressoava por toda a região enquadrada no polígono das secas. A estiagem e o caráter emergencial de atendimento aos atingidos não era algo exclusivo da Paraíba, e sim de todo o Nordeste, “Mais de 250 mil pessoas foram beneficiadas pelo programa a corrigir os efeitos da estiagem, na Paraíba, com o registro de uma mão-de-obra efetiva de quase cinquenta mil pessoas em 5 618 propriedades da área atingida pela seca nos primeiros meses do Governo Burity” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 6, 22 de jul. 1979), é registrada pela reportagem a efetividade do programa ao assistir uma quantidade considerável de propriedades, efetivando-se trabalhos diversos para a preparação e melhoramento das terras para o período de chuvas, mas também destacando o papel do atual governo na assistência as áreas necessitadas de ajuda.

O assistencialismo apresentado não só pelo governo Estadual, como também pelo Federal, se encaixa no cenário de mudança que o Brasil se encontra, iniciando uma caminhada pela redemocratização nacional, da qual estava encarregado o Presidente Figueiredo. Em meio à trajetória estabelecida, que extinguiu para as próximas eleições para Governo do Estado seria realizada de forma direta, já eram traçadas os planos para a permanência partidária no poder, pois com a Nova Lei Orgânica dos Partidos instituída em 1979 assumia-se agora o pluripartidarismo, mas o velho se fazia novo apenas ao trocar de pele a ARENA passou a ser o PDS (Partido Democrático Social) a qual pertencia a atual governança paraibana e o MDB tornou-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que era o outro lado da moeda do regime ditatorial brasileiro (SILVA, 2011).

Essas transformações fizeram se instaurar uma nova imagem política, que na verdade não era nova, e sim uma nova fase populista o chamado Neopopulismo, e a seca era um cenário perfeito para isso, porque o povo flagelado precisava de um salvador ou vários salvadores, e num caráter um pouco messiânico se não for exagero meu, a salvação chegou com o Programa de Emergência e os políticos que reivindicavam e conseguiam para seus municípios ou regiões a abertura de inscrição de propriedades para a realização de frentes de trabalhos, ganhavam uma imagem de apóstolo.

Na Paraíba se apresentava além da realidade de mudanças políticas, havia caído sobre eles uma realidade de dificuldades e privações, nesse passo se iniciaram os pedidos por medidas para amenizar os efeitos de um secular visitante desse espaço, no entanto as medidas realizadas a quase um século não foram capazes de construir uma realidade econômica e social segura para receber aquele que para alguns aparecia como amigo e para grande maioria o seu maior inimigo.

As regiões citadas, rapidamente começavam a se pronunciar e pleitear por recursos para contornar ou pelo menos diminuir o flagelo sentido, algumas cidades passavam pelo medo de ser desativada a Emergência já instalada, e em muitas outras cidades corriam atrás da abertura de inscrição para comportar a grande massa de agricultores desempregados, o alto índice desemprego era de grande preocupação no Curimataú

Diariamente vem aumentando a preocupação dos proprietários rurais da região do curimataú, com referência a falta de emprego dos trabalhadores do campo. Cerca de sessenta por cento dos proprietários deste município, encontravam-se inscritos no programa de Emergência do Governo Federal, o que de qualquer maneira vinha garantindo uma colocação a muitos trabalhadores do campo ao mesmo tempo que vinha sendo beneficiado grande número de fazendeiros da região.

Muitos proprietários tiveram que encerrar suas inscrições no referido programa, em virtude de não poderem atender as exigências do mesmo, o que segundo fontes oficiais, o proprietário rural não pode determinar tratos culturais, como sejam: milho, feijão, mandioca, etc., o programa só atende aos serviços de desmatamento e limpa do algodão. O fato, prejudicou sobremaneira todos os proprietários, notadamente aqueles que não dispõem de recursos financeiros alto, sendo beneficiados, apenas aqueles que na realidade ostentam a denominação de latifundiários. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 15 de jul. 1979).

Esperava-se do programa que chegasse para assistir os mais sofridos com tal situação registrada pelos os agravantes proporcionados pela estiagem, no Curimataú vem à tona a realidade do descaso com os reais problemas da região Nordeste, os males sociais e econômicos, que a séculos está presente, a falta de planejamento e organização para sancionar as reais dificuldades, que nesse momento se intensifica no Brasil e que torna ainda mais difícil as regiões sem uma estruturação adequada, ao passo que o governo militar se arrastar, se registra um período de declínio econômico com o aumento da inflação, dos índices de desemprego,



altos índices já registrados a tempos no Nordeste que com uma grande população rural e pobre, só tem a perder com a incidência dos dois problemas agora citado na mesma temporalidade.

O que realmente chama atenção da Emergência executada no Curimataú, quem realmente é salvo por suas ações? Deixando claro que a ressignificação do programa não coincidia com a aplicação feita nessa região, ali o beneficiado continuava sendo os mesmo de sempre os proprietários de grandes extensões territoriais, produtores de algodão voltado para a indústria, aqueles pequenos agricultores com plantações para subsistência e sem recursos para o financiamento de parte dos salários pagos aos trabalhadores inscritos, e não plantavam algodão e quando o fazia era compartilhando o espaço com culturas do feijão e milho, viam com a desativação de suas pequenas propriedades se esvaírem o suporte de sobreviver sem tantas penúrias.

A situação ruim se alastrava pelo interior, naquelas regiões sujeitas as longas estiagens, perdendo suas plantações, acentuando o desemprego, na cidade de Taperoá no Cariri o nível de criticidade só aumentava com perdas registradas no plantio de algodão predominante neste município, com isso subia o temor, pois muitos agricultores obtinham para empréstimos para a realização dos plantios, e agora se viam sem ter até para própria sobrevivência (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 28 de jul. 1979). As reivindicações por recursos se proliferavam ao passo que com as perdas nas plantações se registrava a falta d'água em diversos municípios.

Com a escassez das chuvas e a falta de água se registrando, as lideranças municipais começam a manifestar a situação angustiante da qual seus munícipes estavam passando, exemplo de tal realidade é registrada pela fala do prefeito da cidade de São Vicente do Seridó, na região do Seridó paraibano como o próprio nome já nos sugere

O prefeito Severino Cordeiro Martins, em entrevista concedida a reportagem se mostrou bastante preocupado com a situação que vem se registrando nesse município, tendo dito “que diante de tal situação calamitosa que atravessamos, especialmente com o problema da falta d'água tanto na zona urbana quanto na rural, somos forçados a recorrer aos poderes competentes para que seja dada uma providência urgente para o caso, pois se não for tomada uma medida imediata, nosso município será palco de cenas sinistrantes e desventurosas, com perda de rebanhos além do costumeiro êxodo rural, que já vem se verificando há alguns meses, onde o homem do campo abandona suas terras à procura das grandes cidades, onde possa conseguir um meio de vida melhor. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 5 de fev. 1980).

O prefeito em sua fala registra o problema que é a falta do precioso líquido, mas acentua outros problemas que se registram, fazendo apelo a outras instancias, em primeiro vem o poder Estadual a quem é enviada as primeiras suplicas para a resolução de tais complicadores, que muito não tinha a fazer com recursos próprios recorrendo ao Governo Federal e o Ministério do Interior, que no período ditatorial estava encarregado de executar os projetos para a melhoria

das regiões, dirigindo assim os recursos necessários, para a SUDENE órgão responsável pelas obras e projetos para a convivência com a seca no Nordeste. Ainda na entrevista concedida ao DB, o Sr. Severino Cordeiro destaca as benesses dos serviços oferecidos pela Emergência, caso contrário a calamidade estaria sendo maior, se fazendo registrar tal situação de maneira bem apelativa e extrema em sua fala da qual já teriam muitos morrido de fome e sede, mesmo de forma um pouco apelativa, mas realmente era um tempo difícil, e as secas sempre acontecendo de maneira terrível, destaca-se na visão dele o caráter salvacionista do Programa.

A instabilidade e a segurança cresciam junto com os efeitos da estiagem em 1980, a assistência das frentes de trabalho emergencial exercia um importante papel, mas que não se mostrava suficiente, pois não comportava toda a massa desempregada e nem todas as pequenas propriedades que eram de 1 a 20 hectares e que com uma mudança durante a realização dos serviços passam ser de 1 a 50 hectares que recebiam investimento a fundo perdido comportavam poucos trabalhadores que incluía ai os próprios donos, aquela pequena salvação que nos discursos eram engrandecidas, os pequenos salários pagos que davam apenas para alimentação quando era possível, pois não alcançava a todos, o Programa de Emergência só era salvador até certo ponto. Dessa forma, o principal objetivo traçado para ele não estava funcionando, evitar o êxodo dessas massas desempregadas, registradas pelo DB a migração dessas pessoas para as grandes cidades do Centro-Sul em busca de melhores condições para sobreviver, “Aumenta o êxodo em Campina” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 8, 30 de maio 1980), e também “Seca aumenta êxodo rural na região do Curimataú” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 7, 18 de out. 1980), essas ocorrências do homem do campo deixando sua terra natal era comum por todo o interior da Paraíba.

No início de 1980 o número de municípios em estado agravante chegava a 60, onde era registrada a falta de chuvas e altas temperaturas, sem contar que não haveria colheitas porque os agricultores não se arriscavam a semear suas terras nessas condições, os reservatórios de água para consumo humano e animal estavam secando em todos os lugares, a cidade de Catolé do Rocha no Sertão era a mais afetada, e a única fonte de renda que se registrava nesses municípios era as frentes de Emergência “Atualmente o Governo Federal, através do Ministério do Interior, vem concedendo subsídios aos proprietários rurais para que sejam mantidas as frentes de trabalho em oito mil propriedades do Estado, envolvendo 60 mil trabalhadores”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 3, 6 de fev. 1980).

O castigo implacável da seca só se acentuava sobre as regiões paraibanas, o que levava prefeitos e vereadores a estarem sempre reivindicando e pleiteando pela instalação da Emergência, isso se verificava nas cidades do Congo, Gurjão, São Vicente do Seridó, Taperoá,

Riacho dos Cavalos, entre outras cidades. Os pedidos também eram feitos por homens do campo, caso registrado em Boqueirão dos Cachos que procuram o DB para relatar a situação e pedir por providências às autoridades que tinham poder para atendê-los

Os agricultores Francisco Pereira, José Vieira, Geraldo de Sousa Pires, João Vieira e José Pereira de Lima, procuraram a reportagem associada, a fim de pedir uma providência ao governador do Estado, no sentido de salvar a situação de centenas de outros pais de famílias que igualmente a eles perderam todas as suas plantações com a seca, fato que vem gerando um verdadeiro clima de calamidade pública em toda a região, pois não existe meios de sobrevivência para a sua população, uma vez, que tiveram toda a sua safra destruída pelo sol.

Alegam os denunciante, que os habitantes da região estão passando maus momentos, chegando ao ponto de invadirem a feira central da cidade, no último dia dois, quando saquearam todas as mercadorias expostas a venda, [...] os agricultores afirmam se uma providência urgente não for adotada, no sentido de ser oferecido emprego para os mesmos, irão mais uma vez saquear a feira livre, pois estão em uma situação por demais difícil, tendo todos afirmado que a emergência seria a única maneira de solucionar o problema. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 14 de maio 1980).

Semelhantes eram as suplicas dos governantes locais, na busca de salvar os flagelados da seca, na procura pela instalação da emergência do vereador da cidade de Gurjão

O vereador Wilson de Farias Ramos, estará viajando a Capital do Estado, ainda esta semana, onde irá pedir ao Governador Tarcísio Burity, providências imediatas para o problema da seca neste município.

[...]. No tocante a situação de desemprego, Wilson Farias disse, que a única salvação de seus municípios, seria a criação imediata de frentes de serviços, uma vez que os habitantes desse município, estão aos poucos se transferindo para outros centros a procura de emprego, e com a aplicação das frentes de serviços, esse problema seria sanado.

Ele, se congratulou com o deputado Manoel Gaudêncio, pelo trabalho que aquele parlamentar vem fazendo em benefício dos seus municípios, uma vez que se mostra bastante preocupado com os problemas da seca na região do cariri paraibano. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 13 de maio 1980).

Além de realizar o pedido pela salvação dos municípios, não se esquece de popularizar o deputado que oferecia alguma ajuda, em dados momentos apenas realizava uma reivindicação em seu pronunciamento na Assembleia Legislativa, mas por ser um possível padrinho político era exaltado, para que seu nome fosse lembrado nas próximas eleições.

Também não faltavam os agradecimentos por parte daqueles políticos que na cidade que exercia seu cargo público, já estava sendo beneficiados pelos empregos ofertados, agradecimentos feitos também por aqueles que passam a ser contempladas pelos serviços, como aconteceu na cidade de Queimadas circunvizinha de Campina Grande

Os vereadores Geraldo Pachu e Assis Maciel, acompanhados do líder político Sebastião de Paulo Rego, compareceram ontem à redação do Diário da Borborema, a fim de agradecer em nome dos habitantes daquela cidade, a inclusão do município no programa de Emergência, cujo o ato foi assinado pelo Governador Tarcísio Burity. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 7, 10 de out. 1980).

Em meio a tantos agradecimentos pela chegada da Emergência, os benefícios continuavam sem alcançar todos, à medida que os efeitos da estiagem se prolongavam pelo interior da Paraíba. Em meados do meio do ano de 1980 o governador Tarcísio Burity pressionado pelos pedidos feitos pelos prefeitos e vereadores dos municípios das áreas atingidas a quem sempre recorriam no primeiro momento, decidi a fim de pressionar a Sudene a uma tomada rápida de decisão para determinar os locais que serão contemplados com a Emergência, decretando estado de emergência em 105 municípios.

As determinações realizadas pelo Governo Estadual não são atendidas pela instituição, não homologando 27 municípios do total considerado em situação agravante, essa exclusão acontece por não serem considerados em situação calamitosa pela estiagem, ficando assim sem receber a ajuda financeira do Governo Federal. A posição tomada pela Sudene causou revolta nos deputados paraibanos dos partidos PDS e PP, realizando denúncias pelo desrespeito com tais municípios excluídos do Programa, e que o argumento deles com bases em umas poucas chuvas que caíram nesses locais, mas que não resolveu a situação, e os efeitos da seca continuam a castigar a população.

A pressão feita por Burity e pelos deputados que compõem a Comissão das Secas da Assembleia Legislativa para a inclusão de todos os municípios em situação emergencial que estavam na lista inicial do governador foram atendidas

A Sudene decidiu ontem homologar o estado de emergência decretado pelo governador Tarcísio Burity nos 27 municípios que anteriormente não tinham sido reconhecidos pela autarquia. Agora todos os 105 municípios incluídos pelo Governador do Estado em situação de emergência passam a dispor dos recursos para combater os efeitos da estiagem. (DIÁRIO DA BOBOREMA, p. 5, 11 de jul. 1980).

Em todo o Nordeste se acentuava a situação de calamidade pública, pelo fato do prolongamento da estiagem, impossibilitando as atividades agrícolas e a pecuária, fazendo aqueles que não eram contemplados com a emergência buscarem outras alternativas, que se resumia a migração para os grandes centros urbanos da própria região e de outras. A Paraíba se encontra em mesma situação, a procura pela sobrevivência, até porque nem mesmo a emergência era suficiente para garantir o devido suporte no enfrentamento contra os efeitos da seca, passados dois anos os trabalhadores só recebiam míseros 82 cruzeiros por dia trabalhado, quantia insuficiente para comprar os alimentos de primeira necessidade, e em muitos casos trabalhadores que tinham que sustentar famílias numerosas.

Se era ruim com um salário tão baixo, pior ficaria sem receber tal quantia, o medo da perda da salvação afligia a população pobre dependente desse trabalho e também os governantes, que sempre eram recorridos para resolver tais percalços. Esse medo se torna maior

com a tentativa de desativação das Frentes de Trabalho de Emergência, rumores que eram apaziguados com declarações feitas pelo Governo do Estado e pelos secretários governamentais, que apelavam junto a Sudene para a manutenção dos trabalhos emergenciais.

Contrariando o estado que se encontrava as regiões atingidas a Sudene queria a desativação da Emergência no final de abril de 1981, porém as chuvas caídas no início deste ano não foram suficientes para suprir a necessidades e tirar tais regiões e os flagelados da calamidade que enfrentavam a meses. Frente a tal situação representantes paraibanos se manifestaram contra a medida informada pela Sudene “Paraíba apela para a manutenção das frentes” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 25 de abril 1981). Assim em declaração feita pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou que o Nordeste e sua condição semiárida não poderia ser mudada de forma repentina e que seria realizado um tratamento diferenciado, pedido feito pelo presidente João Figueiredo. Essa atenção pretendida tinha muito mais haver com a busca pelo desenvolvimento e modernização da região, considerada pelo resto do país como atrasada, a fim de leva-la a contribuir economicamente como outras já o fazia, do que necessariamente salvar os flagelados da seca.

Nesse momento a Sudene realiza uma mudança nas diretrizes dos trabalhos efetuados pela Emergência que se destinavam a propriedades privadas na realização de obras de melhoramento, mas parte dos trabalhadores seriam transferidos para obras publicas

Agricultores paraibanos inscritos nas frentes de emergência como trabalhadores em propriedades que possuam até 70 hectares serão transferidos para atividades em obras públicas, de acordo com decisão nesse sentido tomada ontem durante reunião na Sudene, da qual participou o secretário de Transportes e Obras Públicas do Estado, José Silvino.

Em Recife, Silvino discutiu também medidas que serão tomadas conjuntamente pela Sudene e Governo do Estado, para o estabelecimento de diretrizes de uma política mais efetiva de proteção do trabalhador, em função da iminência da continuidade da seca na Paraíba e no Nordeste. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 6 de maio 1981).

Em meio a mudanças no Programa, continuava a tensão pelo risco da desativação dos trabalhos, o que levaria dali o salvador, que prestavam assistência aos flagelados, e contribuindo para o ganho de prestígio político aos que em suas falas em plenários e na mídia reivindicavam pela permanência das Frentes nas áreas de ocorrência da longa estiagem.

Os trabalhadores atendidos passam a ser remanejados para novos locais, as obras deixam de ser realizadas em propriedades inscritas para obras públicas das prefeituras cadastradas. Assim acarretando um grande número de trabalhadores dispensados, pois não era necessários todos para efetuação das obras e também pela desativação das propriedades inscritas, causando descontentamento geral da população e dos governantes em nível regional e local. A dispensa de trabalhadores acontecia em meio a preocupação com os efeitos da estiagem que só

aumentavam, com a perda das lavouras, porque as precipitações do início do ano não foram suficientes, logo em seguida se instaurando novamente a estiagem, só agravava a situação de grande parte da população desempregada, vindo junto a desativação de partes da Emergência.

Os agricultores que continuavam inscritos, mostravam grande descontentamento com a nova fase da Emergência, tendo agora que percorrer grandes distancias para poderem trabalhar, algo considerado impossível, ao passo que recebiam salários baixíssimos, não poderiam suprir as suas necessidades básicas que seria adquirir alimentos para suas famílias e ao mesmo tempo também arcar com despesas para consigo no local das obras.

Essa pequena salvação concedida aos agricultores pelas obras emergenciais tornava-se cada vez mais difícil, mesmo com a duração da seca só aumentando, em partes essas dificuldades ganharam força com as irregularidades nos alistamentos, fazendo com que agricultores fossem cortados, e suspendendo alistamento de novos agricultores, em São Mamede aconteceu a suspensão do alistamento com os conflitos que vinham acontecendo entre políticos e técnicos da Emater, em Coremas o técnico Francisco de Assis chegou a ser baleado (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 27 de out. 1981).

No início de 1982 os alistamentos são suspensos na Paraíba, já havia um grande número de trabalhadores inscritos o que preenchia o quadro previsto

A Paraíba completou seu quadro de alistados as frentes de trabalho da emergência contando com 203 mil inscritos. Obedecendo normas estabelecidas pela SUDENE, a Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba anuncia que está suspensa as matrículas nos postos de alistamento da emergência e afirma que “a situação da seca nas áreas afetadas está sob controle total controle”, segundo o subsecretario da SAA, Agostinho dos Santos.

De acordo com os estudos do CTA – Centro Tecnológico Aeroespacial, as chuvas, para este ano, serão melhor distribuídas. Essa estimativa e a perspectiva de uma contenção na defasagem agrícola do Estado para 82, são alguns dos itens que levaram a SUDENE a tomar a resolução de suspender as inscrições da emergência e considerar a Paraíba como Estado mais bem servido pelo programa de combate à seca no Nordeste, complementa Agostinho. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 3, 6 de jan. 1982).

O Programa se mostrava benéfico a uma grande parte da população, porem se esperava que todos usufríssem de bonanças, possível só com a vinda das chuvas, da qual se mostravam cheios de expectativas para o novo ano, para que ela caísse em grande volume salvando o povo daquele calvário. Também chama atenção o fato da Paraíba está bem assistido pela Emergência diante de tantos complicadores que vinham acontecendo em relação aos inscritos, mas para além dos problemas as suplicas por recursos eram constantes e efetivas até certo ponto.

No início de 1982 a tensão continua na Paraíba e no Nordeste, a estiagem permanecia assolando o povo, além do medo de perder a única fonte de renda que tinha para o homem do

campo, pois o Programa de Emergência se encontrava em meio a discursos duos de permanecer ativo e da desativação, isso abalava as pessoas cadastradas que poderiam ficar sem o pouco que fornecia o sustento de famílias numerosas e tirava a esperança daqueles que esperavam ainda ser contemplados com a abertura de novas inscrições para as frentes de trabalhos.

As esferas políticas paraibanas procuravam através de falas parlamentares e de requerimentos enviados ao Ministro do Interior, Mário Andreazza e o Presidente da Sudene, Walfrido Salmito, maneiras de prolongar ao máximo as frentes emergenciais, pelo fato da calamidade só aumentar nas microrregiões afetadas pela seca, insistências que sortiram efeito ao menos a pequeno prazo com o posicionamento da Sudene de que só desativaria o referido Programa quando o as chuvas esperadas para tal ano fossem concretizadas da maneira que esperavam as previsões.

Os apelos eram constantes, na busca por novas inscrições por prefeitos e vereadores das cidades atingidas, pelo Governador e deputados para a não desativação, o que não sortiu efeito por muito tempo, em maio de 82 a Sudene declara suspenso o Programa de Emergência

A Secretaria de Agricultura da Paraíba não sabe que destino terão os 198,8 mil trabalhadores rurais alistados no Programa de Emergência mantido em 134 municípios paraibanos. A Sudene determinou a suspensão do pagamento de todos os alistados, a partir de 10 de junho. Preocupado com o agravamento de tensões sociais nas áreas do interior paraibano mais afetados pelos efeitos do terceiro ano consecutivo de seca o governador Tarcísio Burity já telegrafou a Figueiredo, comunicando a sua apreensão. O telegrama também foi enviado a outras autoridades. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 6 de maio 1982).

Tal notícia foi recebida com grande temor, muitos alegavam que era mais um golpe deferido sobre os nordestinos e conseqüentemente aos paraibanos, alguns políticos do Estado culpavam as constantes irregularidades identificadas na execução dos trabalhos.

O problema se encontra agora ampliado, a preocupação do povo paraibano além da seca está em não ter como enfrenta-la, com a suspensão das frentes de trabalho, as chuvas não eram suficientes para realizar as plantações, fazendo com que os apelos se tornassem mais fortes e com maior frequência em um curto espaço de tempo, para que as dificuldades sejam superadas nas regiões atingidas.

Os problemas com os estabelecimentos comerciais, as invasões que aconteciam e as ameaças de que mais iriam acontecer, as reivindicações, contribuíram para uma tomada rápida de decisão dos órgãos responsáveis pelo combate aos efeitos da seca no Nordeste para definir uma reformulação no Programa de Emergência, passando agora a ser chamado de “Bolsões das Secas”, mas que contemplava agora metas diferentes e com um alcance menor do que as frentes emergenciais

O Governo do Estado e a Sudene lançarão um novo programa para beneficiar os agricultores paraibanos. O programa corresponde a uma nova sistemática da Frente de Emergência. As metas proprietárias são as obras públicas, preferencialmente as grandes obras, estando prevista a construção de pequenos e médios açudes, grandes barragens sucessivas, adutoras e cisternas.

Os Bolsões das Secas, segundo explicações do secretário, são áreas de municípios considerados mais carentes. Para identificar os Bolsões são levantados os seguintes dados: frustação das áreas de cultivo de subsistência, determinando-se os índices de perda; a existência de reservas hídricas suficientes para o consumo humano e animal durante o verão; frustação da safra de algodão; oferta de empregos, entre outros. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 7, 18 de jun. 1982).

Na segunda metade do ano de 1982 ocorrem novamente mudanças nas diretrizes do atendimento da Emergência, abrindo novamente inscrições para o beneficiamento do homem do campo. Grande atenção direcionou-se para o Cariri, uma das regiões paraibanas que mais sofria com a falta de chuvas, porém cidades das demais regiões atingidas também seriam inclusas nos bolsões.

A execução dos trabalhos agora passava para nova administração no intuito de evitar as irregularidades que aconteceram em grande número por parte da Emater, com isso, a responsabilidade ficaria a cargo do I Grupamento de Engenharia e pelo DNOCS.

O período de estiagem na Paraíba e no Nordeste seguia para o quinto o ano em 1983, porém as medidas tomadas não surtiam o efeito necessário e a criticidade das regiões atingidas permaneciam, ficando ainda mais fortes, pois os trabalhos emergenciais não comportava mais toda a área anterior, a salvação se esvaio aos poucos, os Bolsões se concentravam em áreas específicas nos municípios em estado mais precário.

Em meio a todos os problemas das secas, há também a mudança governamental no poder Estadual, assumindo agora o Governador Wilson Braga, que lutava por melhorias para enfrentar a seca com menos desafios, que não era o caso dessa seca, e tinha em mente projetos particulares que queria pôr em execução em seu governo, o Projeto Canaã é o mais famoso deles, mas que não é meu objetivo aqui destrincha-lo. Assumiu o seu cargo tecendo fortes críticas a maneira como foi executado o Programa de Emergência durante os quatro anos passados, com gastos na casa dos bilhões de cruzeiros, atendendo quase 200 mil pessoas na Paraíba, mas que nem de longe surtiram os efeitos esperados, a “salvação” desejada pelo povo pobre do campo, e pelos administradores públicos que lutaram e lutavam pelas frentes emergenciais.

O início do ano é marcado por chuvas espaças, que caíram só em alguns municípios das regiões paraibanas, o que não aliviou a situação difícil dos vários municípios que sofrem com a estiagem no Curimataú, no Cariri e no Sertão, os agricultores não podem realizar o plantio e os criadores sofrem com as grandes perdas nos rebanhos por causa da falta d'água para o consumo animal, além de faltar também para o consumo humano. Só aos poucos a Sudene se



mobiliza para atender com trabalhos emergências os municípios mais críticos nessas regiões, a Emergência é quem ainda vem trazer um pouco de alento a determinados locais, como destaca o Diário da Borborema em julho de 1983 “Emergência veio salvar agricultores: Queimadas”, o discurso salvador ainda se propaga, por não chover para a realização dos trabalhos agrícolas o que mais assola durante toda a seca é o grande número de desempregados nas zonas rurais, e mesmo com tantos defeitos a realização do Programa é o que traz um pouco de esperança aos trabalhadores do campo.

Em frente as dificuldades, Wilson Braga faz apelo ao Governo Federal para que providências sejam tomadas em relação ao Nordeste

O governador Wilson Braga informou ontem pela manhã, em Campina Grande, que enviou telegrama ao Vice-Presidente no exercício da Presidência, Aureliano Chaves, solicitando uma campanha de âmbito nacional para socorrer os flagelados da seca no Nordeste, a exemplo da que foi feita para ajudar as vítimas das enchentes no Sul. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 2, 27 de jul. 1983).

A situação das regiões nacionais era totalmente oposta, mas o governador pretendia sensibilizar o Brasil para o que acontece com o Nordeste a tantos anos sofrendo com uma longa seca. De certo modo sutil efeito, já que o governo paraibano não é o único a reivindicar, os demais estados nordestinos também passavam por suas dificuldades, dessa forma anuncia Aureliano que destinaria recursos através da Sudene para atender o Nordeste, realizando junto a esses recursos um aumento salarial dos trabalhadores inscritos nas frentes de Emergência, que ganhavam cerca de Cr\$15. 300, 00, devido à alta inflação no país, longe dos anos dourados da qual simpatizantes da Ditadura se vangloriavam e ainda hoje tentam colocar como justificativa para intervenção militar diante situações políticas que não vem ao caso aqui, mas a situação era o oposto, e a quantia mal dava para as necessidades básicas de uma família.

Os últimos meses de 1983 são marcados pelas intensificações das dificuldades das famílias cadastradas nas frentes de trabalho, e pior a situação dos que não eram contemplados, e não recebiam a quantia considerada irrisória para suprir as necessidades. A forma de atender os flagelados contemplados sofreu várias mudanças ao longo dos cinco anos de estiagem, por fim a forma de pagamento foi mesclado com parte do salário sendo realizado com uma cesta básica, uma forma de contornar os problemas dessas famílias em adquirir os alimentos nos comércios locais, que estavam extremamente caros, em determinados casos os comerciantes nem liberavam mais por dívidas que muitos tinham, os preços oferecidos pelo governo eram bem mais baixo, no intuito de favorecer essas famílias, e assim escapar dos problemas da seca.

### **4.3 As páginas do Diário da Borborema e o “outro lado da moeda”: o Programa de Emergência e a sua face excludente**

A exclusão dos Estados do Nordeste é algo característico a décadas no Brasil, a chegada do fenômeno climático entre 1979-83 só deixa isso mais explícito, caracteriza a despreocupação que as políticas públicas tinham em sanar os problemas da região que a um século as secas só vem evidenciar as verdadeiras mazelas, estas sempre pairando sobre o povo deste espaço. As políticas de modernização nunca foram realizadas a fim de realmente extinguir os males desse espaço, com o descaso sempre prevalecendo.

Havia uma preocupação de incluir o Nordeste no Plano Desenvolventista, mas nenhuma medida efetiva para a realização de trabalhos que chegasse com o objetivo de prevenir uma nova situação de estiagem prolongada, muito menos para solucionar os problemas sociais do povo nordestino

Nesse caso, apesar do Nordeste de sido incluído, pelo menos aparentemente, o que se pode pensar é que, de fato, não havia uma preocupação com as necessidades específicas da região. A própria constituição de 1967 já demonstrava isso uma vez que não dedicara nada de específico às secas, suprimindo ainda a vinculação de qualquer percentual da receita pública ao problema, garantida nas constituições de 1934 e 1946. A própria dinâmica em que operaram marcadas por constantes definições e redefinições, tanto nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e principalmente nos próprios programas em vigor, demonstram o despreparo para lidar com a questão. Isso, sem se caracterizarem por programas de socorro ou emergenciais que sempre utilizam em seu favor o caráter de urgência como forma de justificar gastos elevados e resultados pífios. (CAMPOS, 2004, p. 44).

Em 1979 a cena tornava a se repetir no Nordeste, a necessidade em caráter de urgência de socorro, entrando em vigor nos estados da região o repaginado programa das frentes de trabalho emergencial, o Programa de Emergência, com suas diretrizes explicadas em capítulo anterior, mas como descrito na citação acima, ao longo dos anos se mostrou insuficiente como todos os outros e com gastos exorbitantes, visando atender apenas enquanto a seca durasse.

Junto com a estiagem chega ao Nordeste o descaso do Governo Federal e dos programas federais que são elaborados para atender as populações atingidas, pois o número de excluídos dos trabalhos temporários para receber uma pequena quantia que não dava sequer para suprir a necessidade dos alimentos de primeira necessidade superava em muito os beneficiados, e o cenário fica ainda pior com as irregularidades cometidas por políticos locais e regionais e funcionários de órgãos públicos, por exemplo da Emater, que como o ditado popular bem explica “mexia os pauzinhos” para benefício próprio e das classes políticas vigentes.

As dificuldades de lidar com os agravantes proporcionados pela seca que se inicia em 1979 deixa evidente a necessidade de ajuda. Aos pouco essa assistência foi sendo realizada com

as frentes de trabalhos em sua nova roupagem, mas paralelo também surgiu os primeiros sinais de problema com a execução, cometendo desfavores com a população pobre, composta por pequenos proprietários e de trabalhadores sem terras que depende dos grandes fazendeiros.

Ao entrar na outra face das reportagens feitas ao longo dos cinco anos de seca pelo DB, logo percebemos o quão prematuro são realizadas as exclusões, assim como sempre foram durante os cem anos desde que a seca passou a ser “problema nacional”. Princípios do mês de julho de 1979 e as páginas já estampam críticas do serviço que está sendo prestado, em Juazeirinho no Cariri paraibano os trabalhadores manifestaram-se contra a Emater da cidade, pois não recebiam seus pagamentos da maneira estabelecida, que seria diretamente no escritório, estavam recebendo através dos proprietários escritos, e antes do dinheiro chegar aos donos das terras estava sendo retirado de seus pagamentos 6 cruzeiros, que:

Segundo os denunciante, ainda existe muitos proprietários rurais recebendo os pagamentos de seus trabalhadores no escritório da Emater, e efetuam o pagamento aos pobres servidores da maneira que querem. O sistema usado pelo órgão, para fugir a responsabilidade de uma fiscalização, consiste no seguinte: o escritório fornece uma folha em branco para que o proprietário colha a assinatura do trabalhador, sendo que esse documento depois é devolvido ao escritório como se o pagamento tivesse sido efetuado ali. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 3 de jul. 1979).

Os agricultores que sofriam com tais práticas que nos remete ao coronelismo ou aos resquícios que no interior ainda sobrevivem, buscam por meio da denúncia chamar a atenção dos superiores, para que aja apuração do que estava acontecendo naquela cidade. No intuito de averiguar tal denúncia foi montada uma comissão liderada diretamente pelo coordenador estadual das frentes de Emergência, Agenor Nunes da Silva, que junto com outros técnicos dirigiram-se a cidade, mas que só apresentaram contestações a denúncia dos trabalhadores rurais e a nota publicada pelo DB, porém em momento algum pelo que foi apurado em relação a investigação, o senhor Agenor falou ter procurado ouvir tais agricultores, só dirigiu-se a funcionários da Emater local e dos proprietários cadastrados, que mesmo com tais irregularidades iriam se esquivar desmentindo as acusações.

O descaso do Governo Federal ficava evidente com a falta de políticas públicas que atendesse efetivamente as necessidades da região Nordeste, e os projetos de modernização não surtiam resultados. A clareza de tais fatos fica nos altos índices de desemprego nos Estados da referida região, tornando-se mais gritantes durante períodos de estiagem, logo nos primeiros meses de seca já era apresentado um cenário complicado, no Curimataú paraibano a preocupação se espalhava com a falta de empregos pelo fato de não ter como praticar a agricultura de subsistência, a pequena fonte de renda era as frentes de trabalho, mas que por não poderem atender as exigências do Programa, apenas da realização de trabalhos de

desmatamento, preparação das terras e pequenas construções, tiveram que encerrar suas inscrições, muitos também encerraram pois não dispunham de recursos financeiros para arcar com suas partes no acordo, o que só fornecia um verdadeiro benefício aos grandes fazendeiros, deixando a parte pequenos proprietários e os sem terras.

Os defeitos dos programas emergenciais e demais projetos para o combate à seca fica evidente rapidamente, principalmente quando os reservatórios construídos nas cidades interioranas secam rapidamente e a falta d'água se torna um dos grandes problemas. O precioso líquido nesses casos da escassez tinha que ser transportado de reservatórios distantes, porém a falta dos recursos necessários e de caminhões adequados tornava-se um grande terror para as populações das pequenas cidades, evidenciado pelo prefeito da cidade de São Vicente do Seridó, Severino Cordeiro Martins, em entrevista a reportagem do DB, a calamidade já tinha se espalhado por todo o município nas áreas rurais e urbana, só restando agora recorrer a esferas superiores (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 05 de fev. 1980).

Outro problema enfrentado pelo o homem do campo que se encontrava em criticidade era os atrasos nos pagamentos daquelas pequenas quantias irrisórias, pois tinham apenas esse pequeno salário para sustentarem suas famílias, em muitos casos numerosas, não as deixando passar fome. Quando acontecia tais atrasos os trabalhadores saíam de suas posições passivas em busca de resposta, a exemplo disto temos o caso de trabalhadores no Sertão paraibano

Trabalhadores inscritos no programa de emergência para à seca realizaram uma concentração na cidade de Catolé do Rocha, ameaçando inclusive invadir o comércio local se não fosse tomada uma providência para solucionar o problema de atraso nos seus pagamentos. Ontem mesmo o governador em exercício, sr. Clóvis Bezerra tomou conhecimento do fato, tendo imediatamente se comunicando com o superintendente da Sudene, sr. Walfrido Salmito, o qual autorizou que fosse reiniciado o pagamento. Na noite de ontem, Clóvis Bezerra foi a Granja Santana para relatar os fatos ao Governador Tarcísio Burity (afastado temporariamente do cargo), informando que a situação está sob controle e foi sustada a ameaça dos trabalhadores. O governador em exercício admitiu aos repórteres que o quadro da seca vem se agravando novamente no Estado, e em diversas regiões o clima é de expectativa. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 07 de fev. 1980).

O agravamento da seca era explícito, e a inquietação da população também aumentava com a falta de medidas efetivas para mudar a imagem que ia se cristalizando por onde a seca estava castigando, a Emergência crescia em número de inscritos, mesmo assim já se mostra insuficiente para combater algo que viria aumentar ainda mais.

Os defeitos e as irregularidades na execução das frentes continuam a aparecer pelo interior da Paraíba, no Cariri é realizada uma denúncia de abuso de poder por parte de um fazendeiro que estava retendo o dinheiro destinado ao pagamento de um trabalhador

A senhora Petrolina Farias das Neves Lins, residente do sítio Pedra d'água, município de Barra de São Miguel, endereçou correspondência ao Diário da Borborema,

denunciando o fazendeiro José Andrade Pereira juntamente com o fiscal Francisco Costa, de terem ficado com os salários de seu esposo. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 01 de abr. 1980).

O envio da carta ao DB tinha a intenção de dar voz e respaldo ao que era silenciado por grandes proprietários e funcionários públicos, na qual não cumpriam com os acordos fixados, retendo parte do salário do trabalhador, que segundo retratado na reportagem o valor retido seria dividido entre o fiscal e o fazendeiro, esse é um caso específico de manifestação do abuso sofrido pelos trabalhadores inscritos na emergência, mas quantos mais foram silenciados pelo medo de perder essa pequena fonte de renda ou por deverem favor a tais donos de terras, essa pequena voz que se levantava nesse momento pretendia alcançar providências justas para os pais de famílias que sofriam com a seca e as irregularidades.

Desde o início da implantação Programa de Emergência sabia-se que seria impossível assistir todas as famílias das regiões onde a seca era uma realidade nua e crua espalhando o flagelo com maior ardor sobre a população pobre que vive nas zonas rurais. Junto a seca está incluso problemas diversos, mas um em destaque gerava grande aflição nas pessoas, a fome, já que tantos projetos postos em ação não tinha solucionado tal realidade e muito menos as frentes de trabalho comportava o grande número de agricultores que necessitavam da renda mínima oferecida pelo Governo Federal aos que eram escritos.

Com o cenário de fome começando a tomar espaço em algumas paisagens do interior da Paraíba os “flagelados”, denominação dada as pessoas que sofriam com a seca, deram início a invasões nas cidades em que o estado crítico estava mais do que declarado, o Sertão apresentava número maior de invasões que começaram a partir de Abril de 1980, não chegara nem ao meio do segundo ano de seca e a estrutura estadual já não era mais capaz de contornar tais problemas, só restava os apelos direcionados ao Presidente Figueiredo e ao Ministro do Interior, Mário Andreazza.

As invasões se tornam corriqueiras em um curto espaço de tempo em meados de 80, isto aconteceu nas cidades de Sousa, Catolé do Rocha, Taperoá, Livramento, Cajazeiras, Pombal, etc., mas um caso que chama atenção foi a invasão de flagelados a cidade de Diamante:

A cidade de Diamante, no alto sertão paraibano, foi invadida ontem por flagelados da seca, que arrombaram o Posto Médico da cidade, onde eram guardados medicamentos – gêneros de Programa de Assistência Materno-Infantil. Todos os mantimentos armazenados foram levados pelos agricultores famintos  
O grupo que invadiu Diamante tinha a frente aproximadamente 60 mulheres que justificavam o saque à repartição do Governo do Estado, alegando que não podia deixar seus filhos morrer de fome, já que a vários dias não tinham alimentos. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 3, 03 de maio 1980).

A notícia mostra por si mesma a situação desesperadora que muitas famílias se encontravam nas áreas onde a estiagem era uma realidade que vinha se prolongando e devastando as pessoas, assim como fazia com os animais, com a terra e os reservatórios de água, não deixando alternativa para os pais e mães que tinha que se prestar a tal feito, pois a aflição de ver os filhos em condição desesperadora fazia com que o caráter ficasse em segundo plano nesse momento.

Os trabalhos emergenciais não excluía somente uma grande quantidade de pessoas, também eram deixados de lado municípios em estado crítico, pois alguns sofriam pela falta de chuva e não eram contemplados, isso fez com que o deputado Nilo Feitosa do PDS, criticasse a não inclusão de municípios do Cariri em específico os municípios do Congo e São João do Tigre. A Sudene afirma ter cerca de mais de cem municípios em estado emergencial, mas pouco mais de trinta tinha recebido assistência, assim Nilo Feitosa reclamava da falta de critérios adotados pelo governador “foi quando Nilo Feitosa aparteu para dizer: “Eu acho que o critério que está sendo adotado é o da indústria da seca” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 3, 08 de maio 1980), o deputado Manoel Gaudêncio era mais um que acusava o governador de preferencialíssimo com locais específicos. Após esse caso Governador Burity declarou 105 municípios em situação de emergência, diante de tantas pressões dos deputados que advogavam por suas regiões e pela condição de calamidade não se sustentar da maneira que se encontrava.

Em algumas cidades preocupava-se com uma especificidade peculiar em períodos de seca que geralmente acontece nas épocas que a chuva cai para a alegria dos agricultores, mas as chuvas com baixo índice pluviométrico ocasionavam a chamada “seca verde”. Nessa situação as chuvas eram suficientes para a caatinga se transformar em um tapete verde rapidamente como é natural acontecer dando indícios de que não havia seca, porém a realidade é bem diferente, essas chuvas não eram suficientes para a realização de plantios e nem para que os reservatórios armazenassem água para o consumo humano e animal. Podia ficar ainda pior com as avaliações superficiais das comissões que avaliavam a situação da seca em cada município decretando não haver estiagem nesse local, assim negando ou excluindo as frentes de trabalho.

Durante a criticidade da seca os problemas superaram em muito as soluções, até porque de benefício era só a concessão de um pequeno salário se conseguisse ser inscrito. As irregularidades a todo tempo afluíam por manifestação de algum agricultor e também por políticos que monitoravam uns aos outros movidos pela rivalidade política, nas páginas do DB fica fácil identificar tais casos “Prefeito acusado de desviar a verba do programa contra a seca” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 28 de maio 1980), o prefeito da cidade de Santa Luzia no Sertão paraibano, Antônio Ivo de Medeiros, do PMDB, foi denunciado na Assembleia

Legislativa pelo deputado Inácio Bento, do PDS, de desviar o dinheiro para utilizar em benefício próprio, demonstrando rivalidade política principalmente entre os partidos que lutariam futuramente na eleição Estadual, virando uma secessão de acusação e defesa.

Pagamentos irregular era uma constante, que levava os trabalhadores a grande aflição, porque assim não podiam adquirir o pouco alimento que mantinha suas famílias, algo prejudicial para o pequenos comerciantes, estes cediam alimentos adiantado aos trabalhadores, ambos ficavam esperançosos neste pagamento, por vezes atrasavam, pois havia demora da Sudene em liberar os recursos, e por irregularidades frequentes nas Emater de diversos municípios, retendo o dinheiro, deixando de pagar parte dos salários, caso registrado em Riacho dos Cavalos em declaração dada pelo agricultor Alcides de Sousa, constando que vários agricultores receberam seus vencimentos de forma irregular, e que eles não tinham ideia do por que disto por parte do técnico da Emater, e esperam regularidade no próximo pagamento (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 5, 10 de jun. 1980).

Reclamações se proliferam pelo interior da Paraíba, apontando as dificuldades da Emergência em executar de fato um bom trabalho, junto as irregularidades nos pagamentos e na sua forma de alistamento

“As mulheres estão impedidas pela Emater de se alistarem nas frentes de trabalho da emergência da seca, mesmo que sejam as chamadas moças-velhas, viúvas ou mulheres sem marido, que tenham a responsabilidade de manter a família”, denunciou ontem na Assembléia o deputado José Lacerda, afirmando: “É um processo discriminatório e injusto. Será que essas mulheres também não têm estomago? E os filhos não precisam comer?”

Depois de revelar que até as mulheres que se encontram com seus maridos incapacitados ou hospitalizados estão impedidas de se alistarem na Emater para manterem seus dependentes, o parlamentar disse que já levou esse fato ao conhecimento do próprio governador do Estado, que se comprometeu a tentar recursos para providenciar o atendimento desse pessoal, no entanto já decorreram dois meses e a situação permanece a mesma, forçando a que as mulheres peçam esmolas. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 3, 08 de ago. 1980).

A denúncia do deputado explicitou a forte discriminação sofrida pelas mulheres nesse período, as impossibilitando de trabalhar, continuando em dificuldades junto a suas famílias.

O período de estiagem só se prolongava e com isso as dificuldades se disseminam pela Paraíba, forçando os paraibanos a procurarem oportunidades para solucionar tal situação, no caso a busca de um lugar que oferecesse isso para os mais necessitados e sem emprego para sustentar suas famílias e fugir da fome, começa a crescer o êxodo no Estado, pessoas que na sua grande maioria se direcionam para os grandes centros urbanos ou trabalhos agrícolas nos Estados do Centro-Sul do Brasil. Essa situação se registra no Curimataú, Cariri, Seridó e no Sertão paraibano, famílias que migram em direção ao sul do país, em muitas vezes só o pai de

família toma essa decisão, deixando toda a família para trás, demorando até que possa mandar algum dinheiro, nesse meio tempo a família sofre por falta de um familiar e com a privação básica de se manterem.

Um dos principais objetivos na reformulação das frentes de trabalho para a Emergência seria evitar o êxodo rural, um fato corriqueiro durante os tempos de seca nos Estados nordestinos, criando uma massa ainda maior de pessoas pobres em cidades do Sul, que aumentavam o tamanho da população nas periferias, em condições péssimas de moradias, causando diversos problemas as cidades, das quais políticos queriam se livrar sem formular ideias adequadas. A fuga da fome nem sempre levava a melhor solução nos modernos e desenvolvidos Estados sulistas. Em regiões paraibanas a preocupação tornou-se constante com a situação, pois o caminho ou era migrar ou invadir os armazéns e feiras livres das cidades

O prefeito Severino Gomes, da cidade de Picuí, disse ontem, que o aumento excessivo do êxodo rural em toda a região do Curimataú, o vem lhe preocupando bastante, uma vez que diariamente dezenas de pessoas estão se transferindo para o Sul do país a procura de um meio de sobrevivência.

Disse aquele prefeito, que a única fonte de renda existente atualmente em toda região, é a frente de emergência, embora exista muita gente sem estar alistada, fato que deverá ser levado ao conhecimento do governador pelos representantes do povo na Assembléia Legislativa e pelos próprios prefeitos da área atingidos. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 7, 11 de dez. 1980).

Em muitos municípios famílias passando por tais privações, requerendo tomadas de decisão difíceis por muitos, enquanto são realizadas inscrições fantasmas e de pessoas que não tem a mínima necessidade do dinheiro. Tais irregularidades foram realizadas no Programa de Emergência na cidade de São Vicente do Seridó, acusação feita pelo presidente da Câmara Municipal José Acênio Bispo de Lima, que dirigiu até o DB para manifestar sua indignação

Segundo aquele edil, “ali existe muitos comerciantes inscritos no referido programa, quando o mesmo foi criado unicamente para as pessoas pobres, e estas não estão tendo vez, pois suas vagas foram ocupadas por pessoas que não necessitam de tal assistência, uma vez que só aparecem para receberem o pagamento, podendo tal denuncia ser constatada a qualquer hora” – disse o vereador. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 7, 29 de nov. 1980).

As práticas ilícitas aumentavam junto com a seca a dificuldade dos agricultores pobres, que eram excluídos, enquanto os que não precisam usurpam o dinheiro advindo das verbas para a inscrição de trabalhadores do campo, famílias numerosas passam por privações.

Algo ainda pior rondava os pobres agricultores que sobreviviam com a pequena renda dos trabalhos emergenciais, as notícias de que as frentes seriam extintas pela Sudene, isso transformar-se em um tormento para eles diante da falta de chuvas suficientes para as atividades agrícolas, mas que era avaliada como suficiente, mas o verdadeiro motivo era cortar os gastos



a fundo perdido que vinha sendo feito no Nordeste sem levar a um retorno esperado, já que esse investimento não contribuía para o desenvolvimento dos planos modernistas. No entanto resultados assim seriam impossíveis visto o declínio econômico que o Brasil entra no final da década de 70 e início dos anos 80.

O povo pobre que ansiava por ser inscrito e aqueles já beneficiados junto as lideranças políticas lutavam pela permanência dos trabalhos, e evitar a total exclusão, pois alguns outros projetos implantados na Paraíba e em demais locais da região, apresentavam caráter ainda mais excludente e sem desempenhar o desenvolvimento sempre sonhado pelos idealizadores.

A Paraíba nos primeiros meses de 1981 é tomada pelo clima de suspense que se instaurou pelos anúncios de desativação e permanência das frentes de trabalhos, “Desativadas as frentes de trabalho” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 23 de abr. 1981), diferentemente é colocado depois pelo Ministro do Interior, “Andreazza: O Nordeste reclama com justiça tratamento especial” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 30 de abr. 1981), se instalou uma situação de vai e não vai acabar com o Programa. Entre essas notícias também fora anunciada mudanças na forma que seria executado os trabalhos, retirando parte dos trabalhadores das atividades em propriedades privadas inscritas e os transferindo para obras públicas, gerando assim a desativação de um grande número de propriedades, o que geraria ainda mais dificuldade pela má execução da Sudene e do Ministério do Interior com as medidas tomadas para a Emergência.

Diante de grande temor, os trabalhos emergenciais continuariam na Paraíba, porém com mudanças significativas, que gerou deslocamento das propriedades para obras públicas, gerando também a dispensa de trabalhadores, os excluindo da pequena salvação

Começou ontem a desativação de vinte dois mil e oitocentos trabalhadores das frentes de emergência da seca na Paraíba, o que corresponde a aproximadamente a vinte por cento dos alistados no Estado, segundo informação prestada pelo diretor geral da Secretária de Agricultura, responsável pela coordenação do programa de emergência. A desativação coincide com a mudança sistemática de prestação de serviço que deixará de ser feita apenas a nível de propriedade rural para ficar diretamente vinculada às prefeituras municípios das regiões atingidas pela estiagem. Disse ainda o diretor da Secretária de Agricultura que foi a sudene que exigiu a desativação a partir de ontem, levada, ao que se informação por denúncias de que havia no meio dos beneficiados pelo programa de assistência pessoas que não eram agricultores, mas identificados com outras profissões até liberais como barbeiros, carpinteiros, etc. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 02 de jun. 1981).

Alguns critérios foram adotados na realização das dispensas, a principal as regiões microclimáticas diferentes da região que se encontra e não eram castigadas severamente pela seca, mas esses locais também estavam sobre o regime de estiagem e sofriam com isso. A desativação de tantos trabalhadores ocasionou grande descontentamento destes agricultores e

de prefeitos e deputados que defendem os municípios que mais teve impacto. Outro motivo, esse bem plausível, mas que poderia ser resolvido sem desativação eram as irregularidades, com inscrições indevidas que tirava de agricultores pobres a vaga para garantir seu sustento e da família.

Irregularidade se multiplicaram em toda Paraíba ou pelo menos começaram a ser evidenciadas com mais frequência, tornando-se um obstáculo nas argumentações de manutenção do Programa, não só fazendeiros e técnicos, passaram a ser acusados prefeitos e vereadores, parentes de políticos, identificar o envolvimento destes em irregularidades pode ser destacado como uma arma política, já que as eleições de 1982 estavam tão próximas, e com as transformações políticas desde 1979, muitos querem lutar agora por seu espaço.

Inscrições indevidas de políticos e parentes passaram a estampam as páginas do DB com frequência, como o caso de vereadores inscritos na cidade de Soledade, em São Mamede a suspensão de alistamento por problemas entre o técnico da Emater e os políticos da região, e em Riacho dos Cavalos as irregularidades levaram a medidas mais extremas,

Após constatar uma série de distorções nas frentes de emergência, entre elas a nomeação de um filho do próprio prefeito, Janduhy Suassuna, o governo do Estado autorizou ontem a tarde o secretário de Agricultura, Marcus Baracuhy a desativar a frente no município de Riacho dos Cavalos, no alto sertão paraibano.  
Além da inscrição do filho do prefeito constatou-se também a existência de pressões políticas para que fossem feitos alistamentos não muito recomendáveis, o que teria irritado o governador Tarcísio Burity, que determinou a suspensão por tempo indeterminado de qualquer alistamento no município. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 04 de nov. 1981).

O beneficiamento próprio de seus aliados levou a privação de toda uma população local a perder o pouco que tinham. A fiscalização mais acirrada pelo governo Estadual tornou-se uma constante, para fechar essa sangria feita na Emergência. Na cidade de Barra de São Miguel aconteceu caso ainda mais peculiar “Prefeito e médicos estavam inscritos na emergência” (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 1, 14 de nov. 1981), vários parentes do prefeito também estavam inscritos nas frentes. Demais cidades do interior paraibano foram registradas irregularidades, passando de 500 o número de inscrições indevidas.

Cortes de pessoa por irregularidade eram frequentes, ao passo que a Sudene se solidarizava com a situação prolongando as atividades até que de fato houvesse “inverno” ou seja chuvas suficientes para as culturas agrícolas voltassem a ser plantadas. A designação inverno para o interiorano no Nordeste refere-se ao período de chuvas que acontece no início do ano, não é uma alusão a estação climática, já que as chuvas caem mais especificamente no verão e início do outono.

Grande preocupação recaiu sobre os paraibanos com o anúncio em maio de 1982 da suspensão da Emergência feita pela Sudene, o que só vinha afligir ainda mais, pois já era quase quatro anos de seca e as chuvas que caíam em alguns pontos não tirava os flagelados da má condição que se encontram. Como vinha acontecendo a culpa por tal foi colocada no grande número de irregularidades, causando grande apreensão nos parlamentares e nos trabalhadores que lutavam pela permanência das frentes.

A condição excludente sempre foi uma grande realidade, mesmo não vindo a extinguir por completo o Programa, mas as reformulações, as novas roupagens se encarregavam disso, o que era desesperador para cerca de 200 mil trabalhadores que estavam inscritos, uma quantidade que era bem significativa com tantas dificuldades. Em junho de 1982 foi lançado em parceria do Governo do Estado e Sudene o “Bolsões da Seca”, um programa já detalhado no capítulo anterior. Suas especificidades são significativas nessa discussão, por suas características bem mais excludentes do que era a Emergência até o momento executada na Paraíba, pois ele atendia a áreas restritas, demarcadas como mais castigadas pela estiagem no interior de uma microrregião ou de um município, não prestando assistência de forma ampla a todas as cidades do interior atingidas pela seca, o que causaria uma quantidade enorme de dispensas.

Inicia-se pelas regiões paraibanas as inscrições nos Bolsões da Seca, com mudanças significativas na coordenação dos trabalhos a serem realizados, passando agora a responsabilidade do I Grupamento de Engenharia do Exército e o DNCOS, que passaram a frente dos trabalhos, saindo de cena a Emater que era representante do Governo Estadual, mas que fora responsável por muitas irregularidades nos anos de seca que passaram, porém o seu afastamento não isenta os trabalhadores e as regiões flageladas de execuções indevidas.

A forma como foram distribuídas as obras e a maneira que atingiria os trabalhadores logo foi alvo de reclamações

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Álvaro Diniz, denunciou ontem que, “trabalhadores alistados nos “Bolsões da Seca” estão prestando serviços a vinte quilômetros do local onde moram, e por isso estão prejudicando tanto a eles como a suas famílias, haja vista que são obrigados a fazerem duas feiras, uma para eles e outra para a família.

Segundo ele, a informação foi prestada a Fetay por presidentes de Sindicatos Rurais de várias localidades da Paraíba, onde os “bolsões de seca” estão implantadas. “Recebi a denúncia dos Sindicatos e estou apelando para que, tanto o governo do Estado, como o I Grupamento de Engenharia, que está responsável pelo alistamento dos camponeses tomem alguma providencia”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 3, 17 de out. 1982).

As longas distancias e também os pequenos salários que esses trabalhadores ganhavam era um grande empecilho, pois com esse pouco tinham que se manterem no local de trabalho, e

conseguir prover a alimentação de suas famílias, algo praticamente impossível dada as circunstâncias.

Com todos esses problemas conseguiam passar os que conseguiam se cadastrar para as obras, em condições piores estavam os que ficavam de fora e também para aqueles que estavam inscritos e foram dispensados nos cortes feitos pela Sudene e o governo do Estado. Com o longo período de estiagem e a grande maioria dos municípios das regiões secas da Paraíba, muitos foram deixados de lado na contemplação das obras de Emergência. Dessa maneira o flagelo se espalha provocando situações adversas devido a fome, uma realidade dura e presente nos lares do interior. A invasão das feiras livres por flagelados novamente é uma constante nas cidades paraibanas, o cenário era extremo, e cada vez mais ficava evidente o fracasso do Programa de Emergência que gastara Bilhões de Cruzeiros a fundo perdido nos Estados nordestinos, isto, virara uma reclamação constante do novo governador da Paraíba, Wilson Braga, até porque tinha seus próprios projetos de combate à seca, que queria colocar em ação de imediato, atender seus interesses políticos e promessas de campanha.

Em 1983 a falta de chuvas ainda era uma constante, e os problemas só se agravavam com a seca, as dificuldades sociais e econômicas eram gritantes, como mostra Maria Aparecida Leal, em texto publicado no DB:

Parei e procurei pensar como seria a vida dos que vivem o problema da seca. A seca é algo que transforma a vida de muitos nordestinos, para eles, a seca é como o demônio que sempre surge para atormenta-los.

Imagino a seca, terra escaldante pés de xique-xique, palmas e sempre aquele sol que brilha lá no alto do céu, aquele sol que não se preocupa com os que sofrem em baixo, que não vai sentir nada se um rebanho morrer de sede ou de fome.

Cada dia que passa os nordestinos tem esperança que caia um pouco de chuva para as suas plantações, os seus gados possam sobreviver, todos já vivem com os nervos abalados sem saber como vão sustentar suas famílias, alguns até vão embora procurar algo que possam fazer para poderem sobreviver, o sul é muito procurado, pois lá tem mais facilidade de arranjar emprego.

Que soluções haverá para que o nordestino deixe tanto de sofrer? Nosso país é rico, o Sul, o Sudeste, o Centro Oeste, etc. acho que os nossos governantes deviam olhar mais para o Nordeste, dando uma condição de vida mais humana, incentivando a lavoura, a criação, dando que não haja o êxodo, se assim fizerem eles teriam em suas terras o sustento e jamais sairiam a procura de outros lugares. Então teríamos homens novos para um Brasil de amanhã. (DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 7, 10 de mar. 1983).

O texto citado acima deixa claro a realidade e o sentimento de milhares de paraibanos e dos demais nordestinos, que mesmo vivendo em uma região pobre e castigada pelo sol tinham um grande amor e apego por seu lugar de origem, que tomados uma fúria arrebatadora que para aqueles ligados a uma fé mais escatológica pensava ser obra do próprio diabo, castigando a todos, muitos pensava ter sido abandonados por Deus por não cumprirem com seus deveres religiosos, até quem não era tão apegado ao divino pensava que essa era a única explicação.

Nordestinos se sentiam abandonados pelos governantes do país, pois as medidas tomadas nunca foram efetivas para tirar esse povo flagelado por seca após seca, que só escancarava a verdadeira face da região, que não havia um desenvolvimento social e econômico significativo, ou implantado políticas públicas que de fato ensinassem a população a conviver com a seca, já que é impossível combater por completo tal fenômeno natural. A migração em massa durante as longas secas continuava a ser a única solução para o pobre agricultor, de fato o principal objetivo da Emergência era um total fracasso.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou analisar as matérias sobre a execução do Programa de Emergência, publicadas no Diário da Borborema, procurando identificar ao longo dos anos de 1979 a 1983 as falas que reivindicavam por salvação e também as que já colocavam as frentes de trabalho como salvadora, mas também atentando para as que apontavam para o teor excludente na maneira de atender os flagelados da seca.

O Nordeste é um espaço deficitário a séculos, antes mesmo da titulação atual, da qual os recursos destinados a melhorias ficavam nas mãos de um pequeno número de pessoas que faziam parte das oligarquias locais, isso continuo mesmo com o fortalecimento do poder central, por meio das trocas de favores para a manutenção do domínio por ambas as partes. A grande massa populacional composta por pessoas do campo continuava em situação degradante, com a falta de empregos, melhorias sociais, etc.

Programas de combate e de convívio com a seca foram surgindo aos poucos a partir da criação de órgãos federais específicos com o objetivo de sanar tais problemas ou o “problema”, a seca, que ganhou a imagem de problema da nação com o discurso da seca, que tornou-se o mecanismo de luta das oligarquias nortistas e posteriormente nordestinas no cenário regional e nacional.

É importante compreendermos que as dificuldades econômicas e sociais continuaram ao longo dos anos, e que seca após seca os flagelos eram gritantes, confirmando a ineficiência das políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento da região, principalmente de projetos de melhoria para a convivência com a seca, que atendeu apenas um número insignificante de pessoas como o Polonordeste e o Projeto Sertanejo, restando apenas colocar em ação durante as secas as frentes de trabalhos emergenciais. O repaginado Programa de Emergência foi o responsável por tentar contornar a situação de desemprego, e barrar as ondas migratórias que acontecia durante as estiagens.

Portanto a análise do referencial teórico e dos periódicos percebe-se que o teor salvacionista muitas vezes sendo exaltado, muitas vezes feita por políticos que usavam o programa como instrumento eleitoral, e comportando um grande número de trabalhadores da Paraíba e nos demais Estados nordestinos, ele falhou em seus principais objetivos, a estrutura econômica e social agonizante permanecia instaurada, o desemprego só aumentava junto com os anos de seca, a fome se espalhava, o que forçava muitos pais de família e muitas famílias saírem de seus locais em direção aos Estados do Sul, em busca de melhores condições, que nem sempre era alcançada.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e outras artes. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Falas de astúcia e de angústia: A seca no imaginário nordestino (1877-1922). Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. História a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e Seus Problemas. 3ª ed. revista, João Pessoa, 1980.

ANDRADE, Manoel Correia de. A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. Revista de Economia Política, v. 6, n. 4, out-dez, 1986, p. 125-130.

\_\_\_\_\_. A terra e homem no Nordeste: Contribuição ao estudo de questão agrária no Nordeste. 7ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? Comunicação e Mercado, Dourados: UNIGRAN, v. 1, n. 2 – edição especial, nov. 2012, p. 79-87.

CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. Revista de Estudos Avançados, São Paulo: USP, v. 28, n. 82, 2014, p. 65-88.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). Dissertação de Mestrados em Ciências Sociais, São Carlos: UFSCar, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CRUZ, Heloisa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, 2007, p. 253-270.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba: lutas e resistência. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1995.

O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. In: \_\_\_\_\_. A nova história cultural. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVA, Josenildo Marques da. Um novo “pai dos pobres”? Representações do governo Wilson Braga no jornal Gazeta do Cariri (1982-1985). Monografia em História, UEPB, 2011.



**Periódico pesquisado**

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA. Jul. de 1979.

\_\_\_\_\_. Nov. de 1979.

\_\_\_\_\_. Jan. a dez. de 1980.

\_\_\_\_\_. Mar. a dez. de 1981.

\_\_\_\_\_. Jan. a jul. de 1982.

\_\_\_\_\_. Set. a dez. de 1982.

\_\_\_\_\_. Jan. a dez. de 1983.